

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

Adriana Ribeiro Machado

**Práticas e reflexões na graduação em geografia:** uma vivência na Política Pública de  
Assistência Social (2017-2018)

São Paulo

2020

Adriana Ribeiro Machado

**Práticas e reflexões na graduação em geografia:** uma vivência na Política pública de  
Assistência Social ( 2017-2018)

Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado  
ao Departamento de Geografia da Faculdade de  
Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da  
Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos  
para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. Elvio Rodrigues Martins

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

MM149p Machado, Adriana Ribeiro  
Práticas e reflexões na graduação em geografia: uma vivência na Política pública de Assistência Social ( 2017-2018) / Adriana Ribeiro Machado ; orientadora Elvio Rodrigues Martins. - São Paulo, 2020.  
90 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Território. 2. Segregação Sócio Territorial. 3. Geoprocessamento. I. Martins, Elvio Rodrigues, orient. II. Título.

Dedico este trabalho a minha avó materna Sra. Pierina Zanel Pestili (in memorian) que viveu seus 84 anos sem ser alfabetizada, mas me preparou para enfrentar os desavios do conhecimento e seus ensinamentos me auxiliaram no período de elaboração deste trabalho.

## AGRADECIMENTOS

Ao longo do percurso dos meus 36 anos é perceptível que o caminho trilhado até o presente momento foi desafiador e tenho plena convicção de que essa jornada foi possível porque encontrei muitas pessoas disponíveis a dividir, as vivências do meu cotidiano.

Começo a agradecer a Sra. Leonor Pestili (in memorian), minha mãe, que sempre se demonstrou uma mulher guerreira e pode propiciar condições materiais, físicas e psicológicas para me desenvolver e me tornar a mulher que sou hoje. Fez meu processo formativo e foi uma das maiores incentivadoras para chegar a faculdade e que não parasse de estudar nunca.

Nessa caminhada foram muitos amigos que conquistei, não conseguiria enumerar todos, inclusive porque tenho uma lista com muitos nomes que contribuíram para cada momento específico. Mas cito alguns, presentes no momento mais atual: Elen Ramos (in memorian), Kauê Senger, Paola Ferrete, Daniela Batista, Flavia Rodrigues e deixo registrado o meu carinho por terem sempre estado ao meu lado, me apoiando nos momentos mais difíceis e participando das alegrias com boas risadas. Obrigado a estes e a todos que em algum momento estiveram ao meu lado como parceiros.

A experiência de morar no Conjunto Residencial da USP – CRUSP, fez eu entender o quão valoroso é ter um lar, mas aqui encontrei um dos meus maiores parceiros de jornada, meu amigo Marcelo Dias. Tenho o maior orgulho da sua trajetória, do amigo atencioso e principalmente pela tamanha sensibilidade para comigo. Agradeço por toda a dedicação e prontidão no auxílio desde a escrita dos estágios até a entrega desse trabalho de graduação. Gratidão eterna.

Acredito que pude nesses últimos anos de graduação, ter a experiência de me formar profissionalmente com um excelente funcionário público, o Sr. Claudio Fernandes Fagundes Cassas, esse que nos dois anos de estágio foi fundamental para compreender o funcionamento das políticas públicas e que se dedicou a me formar não só profissionalmente, mas também a ter pulso perante a vida. Hoje um parceiro de estrada, que me apoia a cada passo dado.

Se tive permanência estudantil nesses anos de graduação, devo a assistente social Neusa Franzoi da Superintendência de Assistência Social da Universidade de São Paulo – SAS USP, todo apoio e dedicação em compreender os diferentes conflitos e tensões existentes no meu processo de vida, não me desamparando em nenhum ano de graduação e caminhando ao meu lado para que essa formação fosse alcançada.

Tenho orgulho de ter iniciado meu percurso acadêmico na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humana dessa Universidade, ao Departamento de Geografia ao qual encontrei docentes responsáveis e preocupados com meu processo de aprendizagem. Agradeço pela dedicação nas conversas para além das aulas, grupos de leituras, saídas de campo que contribuíram para meu conhecimento geográfico e encontros de corredor, que viraram aulas particulares, meu eterno respeito a vocês.

Todo final de ciclo, faz com que encontremos novos caminhos e assim novos encontros são possíveis, então pela paciência, compreensão, apoio e companheirismo agradeço ao meu companheiro Sérgio Henrique Corrêa Cardoso, que tem possibilitado novos pensamentos e novos horizontes.

E para concluir, todo o percurso realizado no bacharel e licenciatura em Geografia foi marcado pela presença do Prof. Dr. Elvio Rodrigues Martins, que se tornou meu orientador desde o segundo ano de graduação e permitiu que caminhasse ao meu tempo sobre os conhecimentos necessários para me tornar uma Professora e uma Geógrafa.

Elvio Rodrigues Martins, registro meu profundo carinho e gratidão pelo pesquisador que me fez compreender a geografia, o Professor que me ensinou a ensinar e o ser humano de enorme sensibilidade. Minha profunda admiração ao senhor e obrigado por continuar meu processo formativo para além dos muros da universidade.

No meio do caminho tinha uma pedra  
tinha uma pedra no meio do caminho  
tinha uma pedra  
no meio do caminho tinha uma pedra.

(ANDRADE, Carlos Drummond, 1928)

## RESUMO

MACHADO, Adriana Ribeiro. **Práticas e reflexões na graduação em geografia: uma vivência na Política pública de Assistência Social ( 2017-2018).** 2020. 90 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Este trabalho se intitula “*Práticas e reflexões na Graduação em Geografia: uma vivência na Política Pública de Assistência Social (2017-2018)*” e foi elaborado a partir da realização do estágio no Observatório de Políticas Sociais Local da Supervisão de Assistência Social do Butantã (Observatório BT) no ano de 2017 e do Observatório de Vigilância Socioassistencial da Supervisão de Assistência Social da Vila Mariana (Observatório VM) no ano de 2018.

Ambos estágios tiveram como proposta utilizar ferramentas de geoprocessamento, para localizar os equipamentos das diferentes políticas públicas, disponíveis nos territórios apresentados. A partir da localização desses equipamentos, foi realizado a elaboração de mapas impressos e virtuais, para disponibilizar informações rápidas no atendimento socioassistencial realizado pela rede de Proteção Social Básica e Especial.

Acreditamos que a elaboração dos mapas possibilitou aos serviços socioassistenciais conveniados, trabalhadores e usuários, relacionarem diferentes dados para apontar potencialidades e fragilidades das ações e infraestrutura de atendimento no território à população, auxiliando a gestão da Política Pública de Assistência Social, tanto na Supervisão de Assistência Social (SAS), no Centro de Referência de Assistência Social Básica (CRAS) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Palavras-chave: Território. Segregação Sócio territorial. Geoprocessamento.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Gráfico 1</b>	Faixa Etária da Prefeitura Regional do Butantã	30
<b>Gráfico 2</b>	Índice de desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) total da Prefeitura Regional do Butantã e dos Distritos pertencentes	31
<b>Gráfico 3</b>	Índice de desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) total e dimensões Renda, Longevidade e Educação do ano de 2010	34
<b>Gráfico 4</b>	Domicílios por Faixa de Rendimento, em salários mínimos em 2011	36
<b>Imagem 1</b>	Áreas de referência para os mapas confeccionados	29
<b>Mapa 1</b>	Rede de Serviços Conveniados da Política Pública de Assistência Social	44
<b>Mapa 2</b>	Rede de Serviços da Política Pública de Educação	46
<b>Mapa 3</b>	Rede de Serviços da Política Pública de Saúde	48
<b>Mapa 4</b>	Rede de Serviços da Política Pública de Cultura	50
<b>Mapa 5</b>	Rede de Serviços da Política Pública de Esportes	52
<b>Mapa 6</b>	Rede de Serviços da Política Pública de Segurança	54
<b>Mapa 7</b>	Rede de Serviços pertencente as políticas Públicas presentes no Território da SAS Butantã	55
<b>Mapa 8</b>	Área de Abrangência do Parque Raposo Tavares	59
<b>Mapa 9</b>	Supervisão Técnica no Território do Butantã – Distribuição Inicial dos Serviços por Assistente Social	61
<b>Mapa 10</b>	Supervisão Técnica no Território do Butantã – Distribuição dos Serviços por Assistente Social - Proposta 1	62
<b>Mapa 11</b>	Supervisão Técnica no Território do Butantã – Distribuição dos Serviços por Assistente Social - Proposta 2	63
<b>Mapa 12</b>	Supervisão Técnica no Território do Butantã – Distribuição dos Serviços por Assistente Social - Proposta 3	64
<b>Mapa 13</b>	Supervisão Técnica no Território do Butantã – Distribuição Final dos Serviços por Assistente Social	65
<b>Mapa 14</b>	Equipamentos Sociais Públicos no Território da SAS Vila Mariana	68
<b>Mapa 15</b>	Equipamentos Sociais Privados no Território da SAS Vila Mariana	69
<b>Mapa 16</b>	Referenciamento dos idosos com BPC nos NCIs do território da	

	SAS Vila Mariana	71
<b>Mapa 17</b>	Distribuição de Idosos com BPC por CEP Residencial no Território da SAS Vila Mariana	73
<b>Mapa 18</b>	Distribuição de Idosos com BPC por Unidade Familiar no Território da SAS Vila Mariana	75
<b>Mapa 19</b>	Distribuição de Idosos com BPC por Faixa Etária no Território da SAS Vila Mariana	77
<b>Mapa 20</b>	Referenciamento das Pessoas com Deficiência Recebem BPC no Território da SAS Vila Mariana	79
<b>Mapa 21</b>	Distribuição das Pessoas com Deficiência de 6 até 14 anos de Idade e que recebem BPC no território da SAS Vila Mariana	81
<b>Mapa 22</b>	Distribuição das Famílias Cadastradas no CadÚnico por Faixa de Renda no Território da SAS Vila Mariana	83
<b>Mapa 23</b>	Distribuição das Famílias Cadastradas no CadÚnico por Faixa de Renda no Território da SAS Vila Mariana	84
<b>Mapa 24</b>	Distribuição das Famílias Cadastradas no CadÚnico por Faixa de Renda no Território da SAS Vila Mariana	85
<b>Mapa 25</b>	Distribuição das Famílias Cadastradas no CadÚnico por Faixa de Renda no Território da SAS Vila Mariana	86
<b>Quadro 1</b>	Número de Famílias Cadastradas no CadÚnico que recebem do Programa Bolsa Família	33
<b>Quadro 2</b>	Número de Pessoas que recebem o Benefício Assistencial ao Idoso – BPC	33
<b>Quadro 3</b>	Rede de Serviços Socioassistenciais Conveniada	42
<b>Quadro 4</b>	Rede de Serviços da Educação	45
<b>Quadro 5</b>	Rede de Serviços da Saúde	47
<b>Quadro 6</b>	Rede de Serviços da Cultura	49
<b>Quadro 7</b>	Rede de Serviços de Esporte	51
<b>Quadro 8</b>	Rede de Serviços da Segurança	53
<b>Quadro 9</b>	Serviços aos Usuários CRAS – BT	57

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACD	Associação de Assistência às Crianças com Deficiência
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BT	Butantã
CCA	Centros para Crianças e Adolescentes
CADES	Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz
CadÚnico	Cadastro Único
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
COMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
COVS	Observatório da Vigilância Socioassistencial
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social Básica
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ESPM	Escola Superior de Propaganda e Marketing
GIS	Geographic Information System
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de desenvolvimento Humano Municipal
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
NAISPD	Núcleo de Apoio à Inclusão Social para Pessoas com Deficiência
NCI	Núcleo de Convivência de Idoso
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
PDE	Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo
PIB	Produto Interno Bruto
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
OS	Organizações Sociais
SAS	Supervisão de Assistência Social
SIG	Sistemas de Informações Geográficas
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
VM	Vila Mariana
ZC	Zonas de Centralidade

ZCOR	Zonas de Corredor
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social
ZEPAM	Zonas Especiais de Proteção Ambiental
ZER	Zona Exclusivamente Residencial
ZEU	Zonas Eixo de Estruturação da Transformação Urbana
ZEUP	Zonas Eixo de Estruturação da Transformação Urbana Previsto
ZMU	Zonas Mista Urbana
ZOE	Zonas de Ocupação Especial
ZPR	Zona Predominante Residencial

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1. POLÍTICA PÚBLICA SOCIOASSISTENCIAL: UMA BREVE INTRODUÇÃO..</b>	<b>16</b>
1.1. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL .....	16
1.2. VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL .....	19
<b>2. CONTRIBUIÇÕES GEOGRÁFICAS PARA A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL .....</b>	<b>22</b>
2.1. GEOPROCESSAMENTO.....	22
2.2. TERRITÓRIO .....	24
2.3. SEGREGAÇÃO SOCIO TERRITORIAL.....	25
<b>3. CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL .....</b>	<b>27</b>
3.1. SUPERVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS BUTANTÃ.....	29
3.2. SUPERVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SAS VILA MARIANA.....	33
<b>4. PRÁTICA DE ESTÁGIO: EXPERIÊNCIA NA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL .....</b>	<b>38</b>
4.1. OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS SOCIAIS LOCAL DO BUTANTÃ .....	40
4.2. OBSERVATÓRIO SOCIOASSISTENCIAL LOCAL DA VILA MARIANA.....	64
<b>5. RESULTADOS .....</b>	<b>85</b>
<b>6. CONCLUSÃO.....</b>	<b>86</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>88</b>

## **Introdução**

O trabalho intitulado *“Práticas e reflexões na Graduação em Geografia: uma vivência na Política Pública de Assistência Social (2017-2018)”* tem como base os trabalhos expostos na Premiação de Melhores Práticas de Estágio da Prefeitura de São Paulo, que foram fruto dos estágios ocorridos no Observatório BT no ano de 2017 e do Observatório VM no ano de 2018, premiados em 3º e 2º lugar respectivamente.

No ano de 2017 desenvolvemos o Projeto: *Geoprocessamento: aplicação no território da assistência social* que teve como objetivo demonstrar como os sistemas de informação de geoprocessamento, auxilia de forma inovadora as equipes técnicas que trabalham com a Política Pública de Assistência Social no território do Butantã. Esses sistemas de geoprocessamento tem o intuito de localizar, analisar e interpretar a rede de equipamentos existentes, assim como identificar as necessidades e demandas da população.

Com a renovação do estágio, no ano de 2018 desenvolvemos o Projeto: *Olhar geográfico para a Vigilância Socioassistencial: estudo de caso sobre o território da Supervisão de Assistência Social da Vila Mariana (2010 a 2018)*, que teve como objetivo compreender o território em análise, através da localização dos equipamentos existentes das diferentes políticas públicas e da identificação das demandas sociais no território.

A realização desses estágios foi vinculada à Universidade de São Paulo – USP enquanto se realizava o bacharelado em Geografia, como uma prática dos estudos de Geoprocessamento e Planejamento Urbano. A prática de estágio esteve atrelada a supervisão do servidor Claudio Fernando Fagundes Cassas, formado em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo – USP, que ocupava o cargo de Especialista de Desenvolvimento Urbano e atuava, entre diversas outras funções, com a implementação do mapeamento de dados dos territórios citados.

O principal objetivo desse trabalho de levantamento de dados e interpretações, foi orientar a equipe do Centro de Referência de Assistência Social Básica (CRAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) em conjunto com a rede socioassistencial. Assim, tornando-se um campo estratégico de registro e análise da realidade para aprimorar a gestão e os processos cotidianos de trabalho com os usuários destes serviços.

A hipótese no qual este trabalho se guia, faz consonância aquela levantada nos estágios realizados, de que os trabalhadores da Assistência Social apresentam necessidade de utilizar novas ferramentas digitais em seu cotidiano.

Esse trabalho se justifica por sua importância para a gestão da Política Pública de Assistência Social, que deve conhecer o território em que atua, de modo a lidar com as informações coletadas sobre o mesmo, a fim de articular junto a outras políticas públicas, a proteção das famílias e indivíduos que se encontram em vulnerabilidade social, já que a organização da Assistência Social ocorre de forma a assegurar direitos em busca da igualdade e equidade dos cidadãos.

Portanto, nessa perspectiva, obter dados espacializados na linguagem digital, proporciona autonomia para os trabalhadores da Assistência Social para realizarem ações contínuas de acordo com as necessidades observadas.

Tendo em vista a pertinência dos projetos de estágio, os observatórios exercem a função da Vigilância Socioassistencial, que realiza sua produção a fim de sistematizar, analisar e disseminar informações territorializadas, através de mapeamento das necessidades e demandas por seguranças socioassistenciais e grau de adequação e padrão de qualidade na oferta de serviços, programas e benefícios socioassistenciais. Deve, ainda, identificar as desproteções sociais e verificar as seguranças socioassistenciais de acolhida, convívio e renda, de forma a relacionar as desproteções com as proteções presentes no território.

A leitura e interpretação dos espaços perpassam pela decifração de códigos e/ou símbolos atribuindo um significado. O geoprocessamento é uma linguagem que pretende decifrar esses códigos/símbolos em suas dimensões físicas e humanas e tem como produto final a confecção de mapas.

Entendemos que os sistemas e os mapas disponibilizados para as profissionais técnicas supervisoras e à rede de serviços conveniada, possibilitam formas de conhecimento do território de acordo com o cotidiano e com os demais estoques de tecnologias existentes.

Dessa forma, este trabalho se organiza em quatro capítulos que articulam a prática de estágio realizada em ambos observatórios.

O capítulo 1 trata de realizar uma introdução sobre a Política Pública de Assistência Social, a qual gere os territórios em análise e norteia o trabalho realizado nos Observatórios utilizando uma das suas funções: a Vigilância Socioassistencial que contribui para que as ações sejam consolidadas no território.

O Capítulo 2 aborda o Geoprocessamento, que auxiliou o processo de tratamento das informações geográficas através de softwares específicos. Perpassando pelo conceito de território que evidencia a relação entre espaço e o poder desenvolvido pelo Estado,

chegando à segregação socioespacial que identifica o espaço urbano como fragmentado e com diferentes formas e funções.

O capítulo 3 apresenta os territórios que estão sendo expostos nesse trabalho, com o intuito de demonstrar suas particularidades, mas também como a gestão da Política Pública de Assistência Social na cidade de São Paulo tende a desconsiderar os territórios para efetivar as ações de interesses do Estado e das organizações envolvidas.

Por fim, o capítulo 4 exibe o que foi realizado nos estágios, corroborando para compreender a prática exercida e os procedimentos utilizados nas análises apresentadas, assim evidenciado que o campo de conhecimento geográfico pode auxiliar na consolidação da política socioassistencial, que contribuí para uma menor desigualdade social.

## **1. Política Pública Socioassistencial: uma breve introdução**

Com o intuito de contextualizar nosso trabalho na área da Assistência Social, apresentamos a seguir uma síntese da Política Pública de Assistência Social do município de São Paulo e também a descrição e atuação de alguns dos serviços de atendimento socioassistencial.

### **1.1. Política de Assistência Social**

A Política Pública de Assistência Social tem como base a igualdade e a equidade, propondo uma concepção de universalidade e de respeito as diferenças entre os indivíduos. Dessa forma cumpre um conjunto de ações normativas (legislação, regulamentações, parcerias) e/ou judiciais, com objetivo de defesa dos direitos socioassistenciais no âmbito da seguridade social, que perpassa pela efetivação da proteção a todo e qualquer indivíduo que se encontre fragilizado no processo de sua reprodução material – a qual vinculada às condicionantes da relação com instituições, convivência comunitária, familiar e interpessoal - independentemente de sua condição de renda.

De acordo com o primeiro caderno do CapacitaSuas<sup>1</sup>, a Política Pública de Assistência Social tem a necessidade de integração entre os diferentes territórios brasileiros, formando um sistema único que atribui responsabilidades comuns aos entes federativos para uma construção de identidade nacional.

---

<sup>1</sup> CapacitaSUAS – Este caderno foi publicado pela Secretaria Nacional de Assistência Social –SNAS e produzido como objeto do contrato n° BRA 10 – 20776/20012 – Projeto PNUD BRA/04/046.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um sistema público com perspectiva de universalidade, que organiza os serviços de assistência social no Brasil. Este utiliza o modelo de gestão participativa, articulando esforços e recursos dos três níveis de governo - Municípios, Estados e a União - para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

No âmbito do município de São Paulo, o decreto N° 58.103/2018 atribui a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) formular, coordenar, executar, monitorar e avaliar as políticas e estratégias para a implementação do SUAS.

A portaria 46/2010/SMADS dispõe sobre a rede socioassistencial do município de São Paulo, estando organizada pelos serviços sociais prestados diretamente pela rede estadual que compõem a Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, estas gerenciam os demais serviços através da parceria público/privado que está regulamentada pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, assim como os serviços normatizados pelo Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS).

A Proteção Social Básica na Política Pública de Assistência Social, se cumpre através do CRAS, destinado a estabelecer/restabelecer vínculos familiares e comunitários, ampliar a capacidade protetiva da família, possibilitar a superação de dificuldades vividas pelos indivíduos - isolamento, abandono, apartação, preconceito, etc; assim como, garantir acesso a projetos, serviços, benefícios e programas de transferências de renda articulado aos direitos sociais, civis e políticos (NOB/SUAS - 2012).

Já a Proteção Social Especial, se cumpre através do CREAS, atuando quando a família ou indivíduo se encontra com seus direitos violados, em situações de risco pessoal ou social, sendo destinada a famílias e/ou indivíduos que vivenciam violações de direitos por violência física, psicológica e negligência; violência sexual: abuso e/ou exploração sexual, situação de rua, trabalho infantil, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção, tráfico de pessoas, discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia, outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir de autonomia e bem estar (NOB/SUAS - 2012).

A Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS - 2012), também regulamenta a oferta de benefícios assistenciais para o público em alta vulnerabilidade,

ou seja, em condições precárias, principalmente pelo fator socioeconômico. A oferta deve ser combinada de forma integrada com os serviços para assistir as necessidades desse público e contribuir para a superação das vulnerabilidades. Para conhecer a realidade socioeconômica das famílias de baixa renda, houve a regulamentação do Cadastro Único (CadÚnico), implantado pelo Governo Federal, um sistema informatizado que realiza o cadastro de cada unidade familiar que se dirigem ao CRAS de referência da sua residência.

O Governo Federal consolida os dados coletados no CadÚnico para formular e programar políticas específicas, que contribuem para a redução das vulnerabilidades sociais a que essas famílias ou pessoas estão expostas. Esse cadastro tem várias finalidades: programa bolsa família, redução do pagamento de energia elétrica e água, solicitação de ID Jovem, passe livre através do Bilhete de Estudante da SPTrans, carteirinha do idoso, isenção de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos, entre outros.

Dessa forma a Política Pública de Assistência Social se constitui de um lado marcada pela sua legitimidade constitucional, e por outro entrelaçada por diferentes interesses que demarcam os caminhos da prática dessa política, exercida por aqueles que são identificados como trabalhadores dos SUAS, e pelas instituições que se ocupam da responsabilidade social estatal.

No município de São Paulo, para coordenar a Política Pública de Assistência Social, foram criadas unidades de supervisão para que essas articulem as ações dos CRAS, CREAS e Organizações Sociais (OS) de forma a assegurar direitos e fortalecer a proteção das famílias, fomentando projetos de inclusão social que integrem as demais políticas públicas existentes em seu território de atuação.

Assim, a região metropolitana de São Paulo conta com 32 unidades de Supervisão de Assistência Social (SAS), que deve garantir um comando único para os Centros de Referências CRAS e CREAS estarem em consonância com a Rede Municipal de Assistência Social. Cabe a elas também fortalecer e monitorar as celebrações de parcerias com as OS; coordenar os processos de cadastramento, recadastramento e atualização continua dos beneficiários dos programas de transferência de renda e realizar os atendimentos de situação de emergência e calamidade pública.

## **1.2. Vigilância Socioassistencial**

Institucionalizar uma política pública de Assistência Social perpassa por identificar as localidades com maior precariedade, com o intuito de indicar a intensidade em que se expressam certas necessidades e quais ações/intervenções são possíveis para a proteção social. Dessa forma uma das funções dessa política é a Vigilância Socioassistencial que, em conjunto com a Proteção Social e a Defesa de Direitos, tem o desafio de estabelecer conexão entre a gestão da política e a prestação dos serviços à população.

A Vigilância Socioassistencial deve contribuir para as áreas de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial por meio da elaboração de estudos, planos e diagnósticos capazes de ampliar o conhecimento sobre a realidade dos territórios e as necessidades da população, assim como auxiliar o planejamento e organização das ações realizadas nesses territórios. Sua contribuição é ampla por também assistir a gestão na formulação, planejamento e execução de ações que induzam à adequação da oferta de serviços às necessidades da população. Dessa forma, os Observatórios devem produzir e analisar as informações sobre o financiamento, tipo, volume, localização e qualidade das ofertas e das condições de acesso aos serviços, benefícios, programas e projetos.

Nessa perspectiva a Vigilância Socioassistencial não é a responsável em produzir estudos socioterritoriais ou socioambientais para o Estado Brasileiro, mas como uma das funções da Política Pública de Assistência Social, é fundamental conhece-los para que possam ser capazes de produzir referências sobre as necessidades que lhe dizem respeito no exercício da Proteção Social Básica e Especial (CapacitaSuas – Caderno 3; pág 27).

Ainda em consonância com o CapacitaSUAS – Caderno 3, a Vigilância Socioassistencial é um importante fator para consolidar a assistência social na ação pública, passando a conhecer e monitorar as situações concretas que levam a vulnerabilidades e riscos.

Assim, a Vigilância dentro da Política Pública de Assistência Social, deve realizar sua ação a fim de sistematizar, analisar e disseminar informações territorializadas através de mapeamento das necessidades, demandas por seguranças socioassistenciais e grau de adequação e padrão de qualidade da oferta de serviços, programas e benefícios socioassistenciais.

Deve ainda identificar as desproteções sociais e verificar as seguranças socioassistenciais de acolhida, convívio e renda, de forma a realizar uma leitura sobre as incidências territoriais das desproteções; medir a gradualidade das ocorrências de

proteções; identificar trajetórias e circulação dos usuários na rede socioassistencial e identificar os entraves e barreiras de acesso à oferta de serviços. O levantamento e sistematização desses dados, assim como as análises e interpretações devem ser encaminhados para a gestão da SAS e essa orientar a equipe de CRAS e CREAS em conjunto da rede socioassistencial.

A ideia de monitorar e avaliar está presente em todas as indicações sobre Vigilância Socioassistencial como uma construção de processos sistemáticos de análise das demandas de Proteção Social, das ações – características e resultados dos programas, serviços e benefícios, para que possa ser determinado seu mérito, relevância, qualidade, pertinência e efetividade das ações, possibilitando melhoria na rede socioassistencial.

A Vigilância Socioassistencial não está presente na Política Pública de Assistência Social para fiscalizar ou controlar, mas para ser um campo estratégico de registro e análise da realidade, aprimorando a gestão e os processos cotidianos de trabalho com os usuários.

Dentro dessa perspectiva, é importante ressaltar que esses usuários estão envoltos de uma urbanidade e que precisam de um conjunto de estruturas para atender suas demandas sociais. Entende-se que a necessidade desse conhecimento pela gestão da SAS, se faz necessário para articular as demais políticas públicas presentes no território, assim como as suas ausências e fragilidades, podendo mensurar os processos e dinâmicas vivenciados no cotidiano pela população.

Toda e qualquer análise dentro da Vigilância Socioassistencial está atrelada ao Planejamento Urbano Municipal e ao Plano de Metas das Subprefeituras Regionais, essa caracterização coloca a Vigilância Socioassistencial no processo de (re)conhecimento do território de forma a decifrar sua complexidade e compreender as questões socio territoriais. Para isso, conta com a Coordenação do Observatório da Vigilância Socioassistencial (COVS) e pelos Observatórios de Políticas Sociais Locais presentes em cada SAS da cidade de São Paulo.

Para a produção de conhecimento aplicado a tal planejamento precisamos articular três principais conceitos teóricos que mobilizam a Política Pública de Assistência Social: *risco, vulnerabilidade social e território*.

Encontramos no caderno de Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial as definições, ou seja, como os Observatórios devem se apropriar desses três conceitos para exercer a vigilância, assim como na LOAS (art. 1º e 6º) a Vigilância Socioassistencial que é exercida pelos Observatórios, tem como responsabilidade inter-

relacionar esses conceitos e propiciar um modelo de análise tanto para a proteção social, como para a oferta de serviços e benefícios à população.

O conceito de *risco* deve ser um conjunto de eventos em relação aos quais lhe compete diretamente desenvolver esforços de prevenção ou de enfrentamento para redução de seus agravos. Esses eventos fazem parte de duas classificações:

A primeira se enquadra nas situações de violência intrafamiliar, que compreendem a negligência, os maus tratos, a violência, o abuso ou a exploração sexual, o trabalho infantil, a discriminação por gênero, etnia ou qualquer outra condição ou identidade.

E a segunda se enquadra nas situações que denotam a fragilização ou rompimento de vínculos familiares ou comunitários, que compreendem a vivência em situação de rua, o afastamento de crianças e adolescentes do convívio familiar em decorrência de medidas protetivas, atos infracionais de adolescentes com aplicação de medidas socioeducativas, privação do convívio familiar ou comunitário de idosos, criança ou pessoas com deficiência e qualquer outra privação do convívio comunitário vivenciada por pessoas dependentes, ainda que residindo com a própria família.

Em relação a tais eventos, fica a cargo da Vigilância Socioassistencial desenvolver estudos que permitam algum tipo de mensuração e monitoramento da sua incidência ou da probabilidade de sua ocorrência.

O segundo conceito utilizado é o de *vulnerabilidade social*, esse é entendido na PNAS/2004 como situações ou identidades que podem levar à exclusão social dos sujeitos. Entende-se que o processo de vulnerabilidade social ocorre a partir da produção e reprodução das desigualdades sociais. Porém, é importante ressaltar que vulnerabilidade social não está restrita a percepção de pobreza, embora a insuficiência de renda seja um importante fator de vulnerabilidade.

É necessário que a vulnerabilidade seja entendida como uma conjugação de fatores, envolvendo características do território, fragilidades ou carências das famílias, grupos ou indivíduos e deficiências da oferta e do acesso a políticas públicas.

Para o enfrentamento e superação das vulnerabilidades sociais, é necessária uma ação conjunta de diferentes políticas públicas. Nesse sentido a Assistência Social se utiliza de ações que estejam na responsabilidade dos serviços, programas e projetos assegurados na LOAS, PNAS e Política Municipal de Assistência Social.

Entendemos que a vulnerabilidade social não está associada apenas às características socioeconômicas, mas está associada também a baixos níveis de escolaridade, falta de acesso a serviços públicos, perfis familiares e características que

colocam, ou podem colocar, as pessoas em situações de risco como agravos à saúde, gravidez precoce entre outros. Nesse contexto, Dirce Koga (2009) afirma que as características socioterritoriais de áreas vulneráveis demonstram a falta de acesso da população a políticas públicas e presença do Estado, demonstrando as prioridades territoriais para enfrentamento das vulnerabilidades.

Como terceiro conceito temos o *território*, esse será abordado em seguida, por ser um conceito chave desse trabalho. Portanto, a vigilância socioassistencial realizada pelos observatórios tem grande importância na compreensão da questão socio territorial para decifrar a complexidade do perímetro de cada SAS presentes na cidade de São Paulo.

## **2. Contribuições Geográficas para a Política Pública de Assistência Social**

A ciência geográfica tem como perspectiva fazer a compreensão da realidade para aumentar o conhecimento humano, dessa forma desvendar o cotidiano do “homem” remete a uma determinada geografia apresentada diariamente. Apropriar-se das mais diversas possibilidades para realizar essa compreensão vem se tornando frequente na perspectiva de juntar o mundo vivido dos indivíduos e grupos sociais e suas referenciação espacial na possibilidade de compreensão da vida.

Nesse capítulo, iremos abordar a compreensão da realidade expressa nos territórios que os estágios foram realizados e apresentaremos também definições e algumas possibilidades de aplicação de Geoprocessamento.

### **2.1. Geoprocessamento**

O sistema de informação geográfica ou *Geographic Information System* (GIS), faz parte do universo do geoprocessamento, um conceito abrangente que representa qualquer processamento de dados georreferenciados.

Geoprocessamento está ligado diretamente às informações da superfície terrestre, através de coordenadas geográficas, tendo como ponto de partida um mapa base com uma área de interesse precisa, a aplicação em um GIS tem que obedecer aos princípios básicos a cartografia: geóide de referencia<sup>2</sup>, *datum* geodésico<sup>3</sup>, projeção cartográfica<sup>4</sup>, precisão gráfica e generalização.

---

<sup>2</sup> *Datum* geodesico - forma e tamanho da elipsóide e sua posição relativa a geóide que irá gerar um sistema de coordenadas.

<sup>3</sup> *Datum* geodesico - forma e tamanho da elipsóide e sua posição relativa a geóide que irá gerar um sistema de coordenadas.

<sup>4</sup> Projeção cartográfica – tipo de traçado sistemático de linhas numa superfície plana.

Quando nos referenciamos ao GIS estamos abordando uma tecnologia que engloba vários componentes que devem ser definidos em: *software*, *hardware*, dados, usuários e metodologias de análise.

O *software* é um conjunto de programas com um determinado sistema operacional, cuja finalidade é coletar, armazenar, processar e analisar dados geográficos com uma perspectiva interdisciplinar na sua utilização.

O *hardware* é um conjunto de equipamentos necessários para que o *software* possa funcionar, de maneira sucinta é o computador e seus auxiliares como impressora, *plotter*, scanner, unidades de armazenamento entre outros acessórios.

Os dados são o material geográfico com dimensão espacial associado à uma localização na superfície terrestre, que alimenta o sistema, permitindo gerar informação.

A utilização de um SIG compõe muitos aspectos do geoprocessamento agregando aspectos institucionais, recursos humanos e aplicação específica. Rosa (2017) define o GIS da seguinte forma:

GIS é um conjunto de ferramentas computacionais composto de equipamentos e programas que, por meio de técnicas, integra dados, pessoas e instituições, de forma a tornar possível a coleta, o armazenamento, o processamento, a análise e a oferta de informação georeferenciada produzida por meio de aplicações disponíveis, que visam maior facilidade, segurança e agilidade nas atividades humanas referentes ao monitoramento, planejamento e tomada de decisão relativas ao espaço geográfico.” (ROSA. 2017)

As aplicações de geoprocessamento-GIS estão ligadas à gestão municipal, meio ambiente, planejamento estratégico de negócios, agronegócio e *utilities*. De acordo com Rosa (2017), na gestão municipal estima-se que 80% das atividades efetuadas na prefeitura sejam dependentes do fator localização. O GIS é capaz de relacionar o banco de dados ao mapa da cidade, gerando a informação necessária ao planejador.

Nessa perspectiva, o termo *Geoprocessamento* representa o conhecimento que integra técnicas matemáticas e computacionais para o tratamento de informação geográfica. Dentre as diversas ferramentas computacionais, os Sistemas de Informações Geográficas (SIG) são programas voltados para análises espaciais que permitem operacionalizar dados localizados na superfície terrestre, armazenar esses dados e

disponibilizar sua visualização. Esses sistemas também possibilitam que o usuário possa armazenar e inter-relacionar dados e analisar fenômenos.

A sistematização de dados tem se mostrado como um elemento fundamental para a melhor intersecção dos dados e aprimoramento da elaboração de mapas, para a tomadas de decisões nas políticas públicas em exercício.

Com todos esses avanços para compreender a organização do espaço geográfico, é preciso reconhecer que a aplicação dessas ferramentas é fundamental e a definição teórica para o estudo dos objetos aparece na perspectiva de se realizar uma análise e interpretação consistente.

A interpretação nos estágios propostos fora realizada através da utilização do Programa Q-gis, cuja qualidade como uma ferramenta de fácil comunicação possibilita a visualização do território como um todo.

## **2.2. Território**

Um território é percebido através da sua natureza: geomorfologia, geologia, hidrografia e do clima, e da sociedade, que é constituída de aspectos políticos, econômicos e culturais. Há uma relação entre a natureza e a sociedade, que ocorre através da apropriação da natureza pela sociedade, para a sua sobrevivência e reprodução.

A relação entre sociedade e natureza, permite a reprodução material da sociedade, gerando uma forma e uma estrutura, que impulsiona a organização de um território, esse delimitado por e a partir das relações de poder (RIBEIRO; 2012).

É sob o território que o Estado realiza o planejamento das funções e sistemas que serão aplicados pelas políticas públicas, a gestão dessas políticas ocorre através dos conhecimentos da sua geografia, os quais trata das características físicas e humanas de um determinado local, que se configura como território. Dessa forma, as condições fundadoras da centralização do território surgem na relação entre os homens e suas opções asseguradas em lugar que possa sobreviver e que possa ser transferido para futuras gerações (CASTRO; 2005).

Na Política Pública de Assistência Social, o território é abordado através da percepção do geógrafo Milton Santos:

O território em si, para mim, não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam. (SANTOS, 2000. Pág. 22)

Nesta perspectiva o território é compreendido como fator primordial das vulnerabilidades de uma família ou indivíduo, por determinar a localidade em que estão inseridos. Na atuação da Assistência Social é importante compreender que o território é o objeto onde se deve intervir no plano coletivo: de um lado, o compromisso do poder público com estruturação da oferta de serviços socioassistenciais compatíveis com as necessidades do território e; de outro, pelo estabelecimento de vínculos entre as equipes de referência dos serviços para que desenvolva intervenções e estratégias coletivas.

Nessa perspectiva, podemos atrelar o território ao espaço geográfico de vivência, onde as relações sociais se apropriam e interagem com o ambiente físico, as ofertas e as ausências de políticas públicas, as relações políticas e econômicas que os perpassam, os conflitos e os laços de solidariedade existentes.

### **2.3. Segregação Socio territorial**

A cidade é uma obra tipicamente humana e especializada, que se dá através do trabalho humano de transformação da natureza em monumentos, ou objetos, de um determinado território. Essa transformação agrega valor ao espaço. Porém, com o advento do capitalismo industrial e financeiro, as cidades se tornam cada vez mais urbanas, no qual a criação de espaço nas cidades relaciona-se diretamente com o capital e consequentemente atende as necessidades do mesmo de se reproduzir.

Com o sistema econômico globalizado (capitalismo financeiro) há uma necessidade de reprodução do capital de forma cada vez mais acelerada (D-M-D'), através dos investimentos financeiros, porém a sua materialização pode se dá, por exemplo, através da indústria da construção civil (CARLOS, 2011), ou seja, da construção de cidades e da construção de novas geografias. É o capital agregando valor a um espaço construído, porém, não acontece da mesma forma na cidade, criam-se fragmentos de valorização.

Quando pensamos na cidade, estamos falando de um espaço já construído, seja por iniciativas privadas, como prédios, casas entre outros, ou por investimentos públicos,

através das obras de infraestruturas, que agregam valor ao espaço, e que em geral são feitos de maneiras massivas nas regiões centrais, tornando a terra escassa nesses locais.

Assim, os investimentos públicos aliados ao privado em uma cidade, sejam diretamente através das reestruturações/operações urbanas, ou indiretamente; criam ilhas de investimento, acentuando a escassez do solo urbano, ao qual o preço da terra urbana, e, conseqüentemente, o comércio local (supermercado, padaria, farmácia) tornam impossíveis a manutenção do trabalhador pobre em regiões centrais, causando o espraiamento das cidades e o aumento das regiões periféricas cada vez mais distantes das regiões dotadas de infraestrutura.

O resultado disso é a segregação-sócio-territorial, na qual cabe ao trabalhador pobre buscar lugares mais acessíveis e distantes do centro, sendo muitas vezes possuído de forma irregular e sem o mínimo de infraestrutura básica, como saneamento básico e transporte público. Tais conseqüências ferem a Constituição Federal de 1988 que garante a moradia digna a qualquer cidadão e a função social da cidade (BRASIL, 2002; 2017; CARVALHO, 2010).

Segundo KOGA (2009), após a constituição de 1988, São Paulo foi a primeira cidade a ter o direito de realizar o próprio tratamento intraurbano, porém ao longo do tempo os novos espaços que surgiram na cidade não evidenciam a presença do Estado de forma articulada e efetiva, reproduzindo um modelo socioterritorial segregado. Portanto, é possível inferir que segregação como política, tem por objetivo isolar grupos que apresentam características semelhantes e estejam envoltos de barreiras territoriais físicas ou sociais que os impeçam de acessar determinadas localidades ou serviços.

É importante ressaltar também que a segregação pode ocorrer em localidades mais centrais, porque ela ocorre na concentração de um determinado grupo que habita o mesmo universo de possibilidades, ou que esse universo tem uma margem de variação muito pequena.

Contudo, na cidade de São Paulo, a venda de lotes baratos pelo loteador clandestino nas periferias, associado ao transporte também clandestino atuando em áreas distantes, torna-se uma alternativa habitacional de massa viável para trabalhadores de baixa renda, que, por sua vez, tornam-se *auto empreendedores* da casa própria – construídas distantes do centro da cidade, do local de trabalho, sem infraestrutura e saneamento básico, pois o poder público não considera tais loteamentos como parte da cidade, ao mesmo tempo em que se omite de tal situação (BONDUKI, 2013).

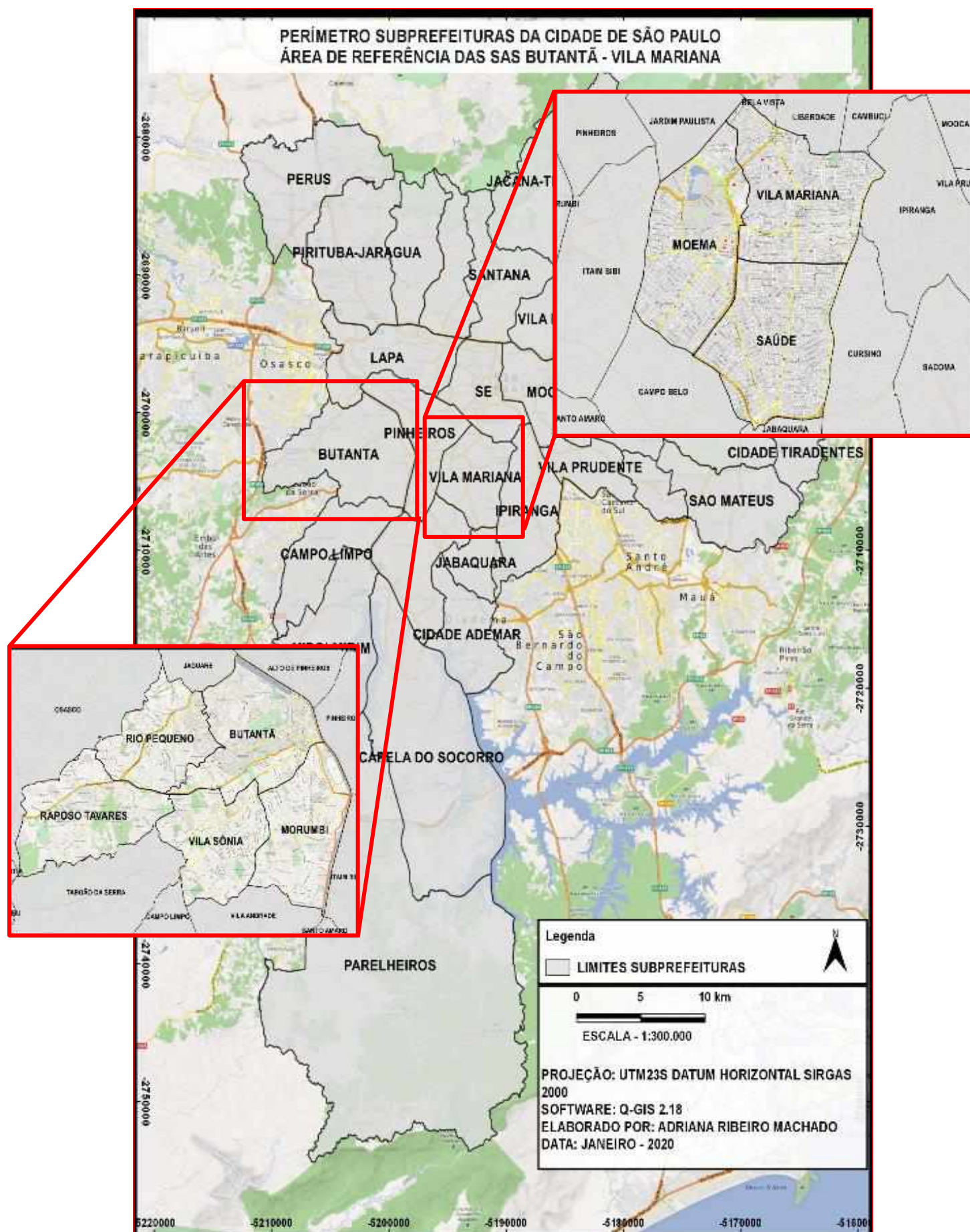
Dessa forma, a segregação se torna involuntária, ou seja, não ocorre de forma planejada por partes de seus atores, mas forjadas pelas condições sociais e econômicas, revelando as contradições da sociedade contemporânea sobre o espectro do espaço geográfico.

### **3. Caracterização Territorial**

Nesse capítulo iremos abordar as características dos territórios estudados nesse trabalho, de forma a identificar suas particularidades e semelhanças.

Todo o levantamento de dados, possibilitou a construção de mapas, que tiveram como referência os territórios pertencentes a cada SAS ao qual o estágio foi realizado. Segue abaixo as delimitações propostas para cada território.

Imagem 1 – Áreas de referência para os mapas confeccionados



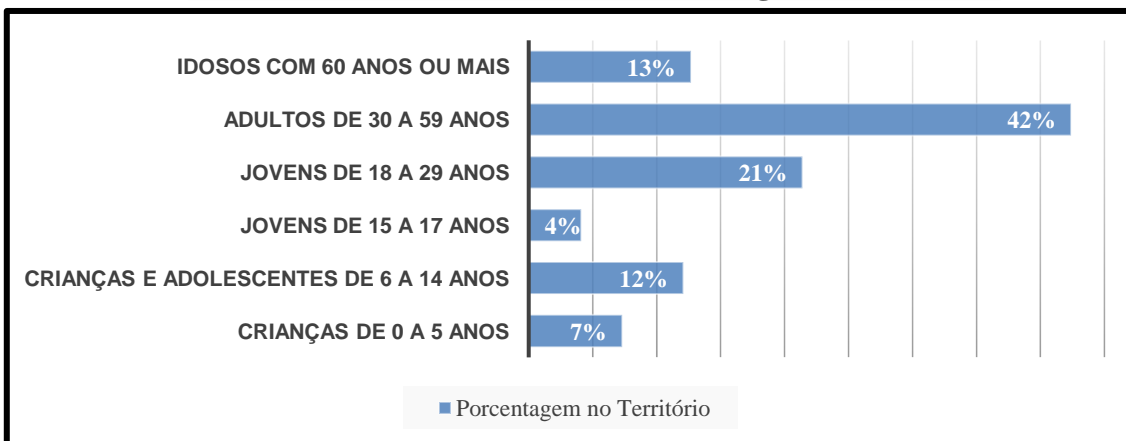
A área de referência para construção dos mapas que foram elaborados no Observatório de Políticas Sociais Local do Butantã coincide com o mesmo perímetro da Subprefeitura do Butantã, localizada na zona oeste da cidade de São Paulo e obedecendo aos limites dos distritos do Butantã, Morumbi, Raposo Tavares, Rio Pequeno e Vila Sônia.

Da mesma forma, a área de referência para construção dos mapas que foram elaborados no Observatório de Vigilância Socioassistencial da Vila Mariana coincide com o mesmo perímetro da Subprefeitura da Vila Mariana, localizada na zona central da Cidade de São Paulo e obedecendo aos limites dos distritos de Moema, Vila Mariana e Saúde.

### 3.1. Supervisão de Assistência Social – SAS Butantã

O território da SAS Butantã coincide com o mesmo perímetro da Prefeitura Regional do Butantã, localizados na zona oeste da Cidade de São Paulo, obedecendo aos limites dos distritos do Butantã, Morumbi, Raposo Tavares, Rio Pequeno e Vila Sônia. Este possui 135.821 domicílios, sendo 18.775 em áreas subnormais<sup>5</sup>. De acordo com a Análise e Caracterização de Vazios Socioassistenciais – Atualização 2014/2015 realizado por PMSP, SMADS, COPS em outubro de 2015 a Prefeitura Regional do Butantã tem população total de 428.217 pessoas, com a seguinte composição:

**Gráfico 1 – Faixa Etária da Prefeitura Regional do Butantã**



Fonte: Análise e Caracterização de Vazios Socioassistenciais – Atualização 2014/2015

A partir da composição indicada acima, observamos que a população com maior representatividade, se encontra dos 18 aos 59 anos. Sabemos que na região existem 28.480 famílias cadastradas no CadÚnico, sendo 5.795 idosos; 51.935 de adultos ;7.086

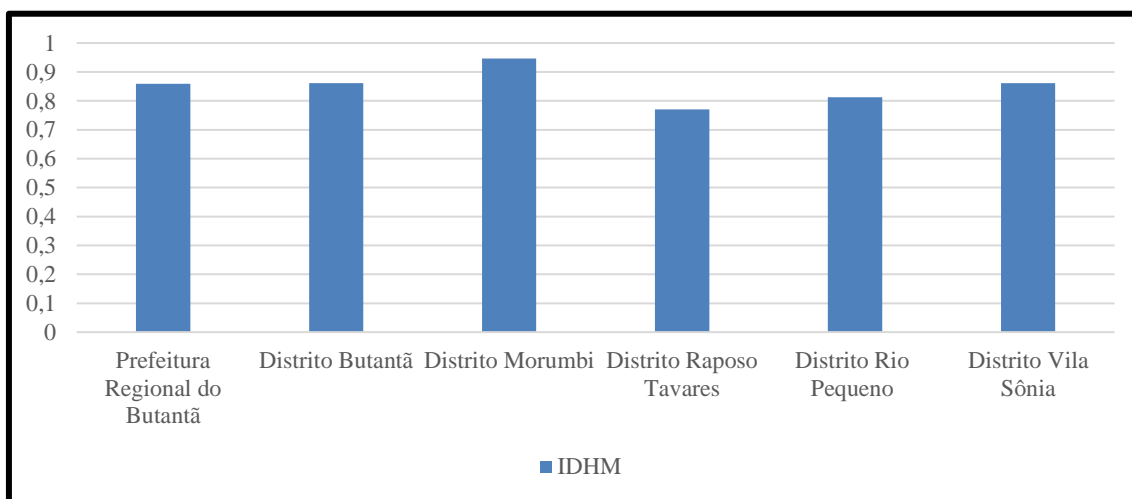
<sup>5</sup> É um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas...) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa.

de 15 a 17 anos e 17.533 crianças e adolescente de 6 a 14 anos, todos apresentam maiores concentração nos distritos Rio Pequeno, Raposo Tavares e Vila Sônia.

De acordo com o Censo do IBGE, 31% dessa população se declararam de cor parda ou negra e 10% dos domicílios cadastrados, possuem renda de ½ salário mínimo, estando esses concentrados no distrito Raposo Tavares.

Entendemos que o perímetro da SAS Butantã é extenso e esse apresenta grande variação entre os dados que os caracteriza. Abaixo segue os dados do Índice de desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), esse índice varia de 0 a 1 e quanto mais próximo ao 1, maior é o desenvolvimento humano, a medida é composta por três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda.

**Gráfico 2 - Índice de desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) total da Prefeitura Regional do Butantã e dos Distritos pertencentes.**



Fonte: Atlas Brasil, 2010.

Baseando-se no IDHM dos distritos acima, podemos aferir que o Distrito do Morumbi por possuir um índice mais elevado, acaba por distorcer o IDHM da Prefeitura Regional do Butantã, encobrando assim os dados do Distrito Raposo Tavares e Rio Pequeno que apresentam vulnerabilidade social alta.

Os distritos pertencentes à Prefeitura Regional do Butantã estão situados na porção sudoeste da cidade de São Paulo, e apresentam as seguintes características, de acordo com os dados disponibilizados pela Prefeitura Regional do Butantã:

O distrito do Butantã possui extensão de 12,5 Km<sup>2</sup> com uma população total de 54.196 pessoas de acordo com o último censo realizado no ano de 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e densidade demográfica de 43,3 hab/Km<sup>2</sup>.

Sendo delimitado pelo Rio Pinheiros em sua porção leste e cortado pelos quilômetros iniciais da Rodovia Raposo Tavares. Está presente no território a Universidade de São Paulo – USP, o Instituto Butantã e a Linha de Metrô 4 – Amarela.

O distrito Morumbi possui extensão de 11,40 Km<sup>2</sup> com uma população total de 46.957 pessoas de acordo com o último censo realizado no ano de 2010 pelo IBGE e densidade demográfica de 4.1 hab/Km<sup>2</sup>.

O distrito Raposo Tavares possui extensão de 12,60 Km<sup>2</sup> com uma população total de 100.164 pessoas de acordo com o último censo realizado no ano de 2010 pelo IBGE e densidade demográfica de 7,9 hab/Km<sup>2</sup>; de acordo com o Sociólogo Claudio Fernando Fagundes Cassas o distrito é cortado pela rodovia de mesmo nome e está dividido em muitos bairros, além de dois grandes conjuntos habitacionais: Cohab Educandário e Cohab Raposo Tavares, além de fazer fronteira com os municípios de Taboão da Serra, Osasco e Cotia. Conta com uma grande zona industrial e forte comércio local. A população é predominantemente de baixa renda e tem dificuldade de acesso aos serviços básicos e o distrito tem sido bastante assediado pela especulação imobiliária, por conta do fácil acesso a Rodovias, à Marginal Pinheiros, Parques, além da proximidade com a Cidade Universitária e centros empresariais.

O distrito do Rio Pequeno possui a extensão do distrito é de 9,70 Km<sup>2</sup> com uma população total de 118.459 pessoas de acordo com o último censo realizado no ano de 2010 pelo IBGE e densidade demográfica de 12.2 hab/Km<sup>2</sup>; tendo avenidas de uso majoritariamente comercial, como a Avenida Rio Pequeno, Avenida Corifeu de Azevedo Marques, Avenida Engenheiro Heitor Antônio Eiras Garcia, Avenida Nossa Senhora de Assunção e Avenida Otacílio Tomanik. Os acessos pela Rodovia Raposo Tavares e Avenida Escola Politécnica têm transformado o distrito em área de lançamentos residenciais em contraste com áreas de ocupação de terrenos públicos e de terrenos destinados à especulação imobiliária que se encontra as classes de maior vulnerabilidade social.

O distrito Vila Sônia possui extensão do distrito é de 9,90 Km<sup>2</sup> com uma população total de 108.441 pessoas de acordo com o último censo realizado no ano de 2010 pelo IBGE e densidade demográfica de 10.9 hab/Km<sup>2</sup>; o distrito vem sofrendo grande transformação através do mercado imobiliário, principalmente próximo à divisa com o distrito do Morumbi, com empreendimento para faixa de rendimento alta, em contraste com bairros como Jardim Colombo, Jaqueline e Portal do Morumbi que se encontra as classes de maior vulnerabilidade social.

Para melhor compreender o território da SAS – BT, sistematizamos os dados das famílias que estão inseridas nos programas de transferência de renda, como demonstra os quadros a seguir:

**Quadro 1 - Número de Famílias Cadastradas no CadÚnico que recebem do Programa Bolsa Família**

DISTRITO	ACIMA DE MEIO SALRIO	BAIXA RENDA	POBRE	EXTREMAMENTE POBRE	TOTAL
Butantã	4	55	219	559	837
Morumbi	6	110	480	1115	1.711
Raposo Tavares	9	235	1008	2159	3.411
Rio Pequeno	11	206	954	2574	3.745
V. Sônia	11	233	774	1755	2.773
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>839</b>	<b>3435</b>	<b>8162</b>	<b>12.477</b>

Fonte: SMADS/CGB, Extração do CADÚnico, julho de 2016; PRODAM, GEOLOG 2.1.2., 2001.

Elaboração: SMADS/COPS/Centro de Geoprocessamento, dezembro de 2016/Observatório SAS BT, março de 2017.

**Quadro 2 - Número de Pessoas que recebem o Benefício Assistencial ao Idoso - BPC**

Distritos	Beneficiário BPC Idoso
Butantã	493
Morumbi	250
Raposo Tavares	1.004
Rio Pequeno	1.145
Vila Sônia	853
<b>Total Geral</b>	<b>3.745</b>

Fonte: MDS, BPC Pessoa Idosa, 2015; SMADS/SAS, Áreas SASF, 2014; PRODAM, GEOLOG 2.1.2, 2001..

Elaboração: SMADS/COPS/Centro de Geoprocessamento e Estatística, Junho de 2016.

Pela sistematização demonstrada pelos quadros anteriores, compostos pelos dados das famílias/pessoas que participam do programa de transferência de renda, grupos com características socioeconômicas semelhantes apresentam concentração em determinados distritos, como podemos observar no **Quadro 1**, no qual os distritos de Raposo Tavares e Rio Pequeno são os que apresentam um maior número de famílias

com menor renda e que, no **Quadro 2**, são os mesmos distritos que apresentam o maior número de beneficiários do Programa Benefício de Prestação Continuada (BPC) Idoso.

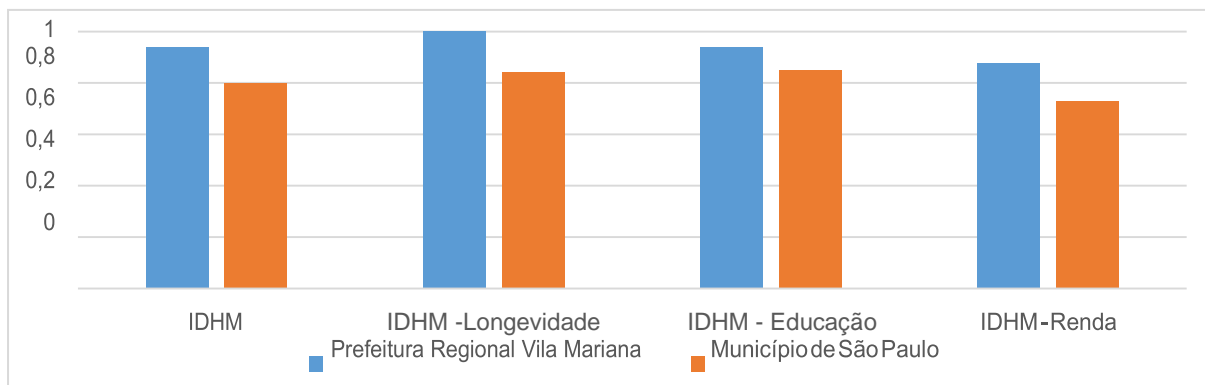
Portanto, esses dados são de suma importância para auxiliar o mapeamento do território e identificar as áreas com maiores problemas estruturais que reflitam na forma de vida das famílias e possa gerar vulnerabilidade social.

### 3.2. Supervisão de Assistência Social – SAS Vila Mariana

O território pertencente à SAS – Vila Mariana, coincide com o mesmo perímetro que a Prefeitura Regional da Vila Mariana, que está localizado na zona sul da Cidade de São Paulo e obedecem aos limites dos distritos de Moema, Vila Mariana e Saúde. Os três distritos que pertencem ao território possuem juntos uma área com 26,50km<sup>2</sup>, com uma população que em 2010, data do último censo, correspondia a aproximadamente 344.632 pessoas e uma densidade populacional de 13,005hab/km.

De acordo com o Infocidade<sup>6</sup> a Prefeitura Regional da Vila Mariana até o ano de 2010 contava com o IDHM em 0,94, esses dados estão dispostos no gráfico abaixo:

**Gráfico 3 - Índice de desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) total e dimensões Renda, Longevidade e Educação do ano de 2010**



Fonte: Infocidade - PNUD; FJP; IPEA, 2013.

Ao observar os dados, essa Prefeitura Regional tem o IDHM acima do registrado para o município, ocupando o segundo maior desenvolvimento humano, perdendo apenas para Prefeitura Regional de Pinheiros que tem os dados muito próximos.

<sup>6</sup> Infocidade é o endereço para consultas de dados sobre a cidade de São Paulo. Nele, a Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL) coloca à disposição do público uma extensa compilação de indicadores e informações que compõem o rico acervo de seu banco de dados.

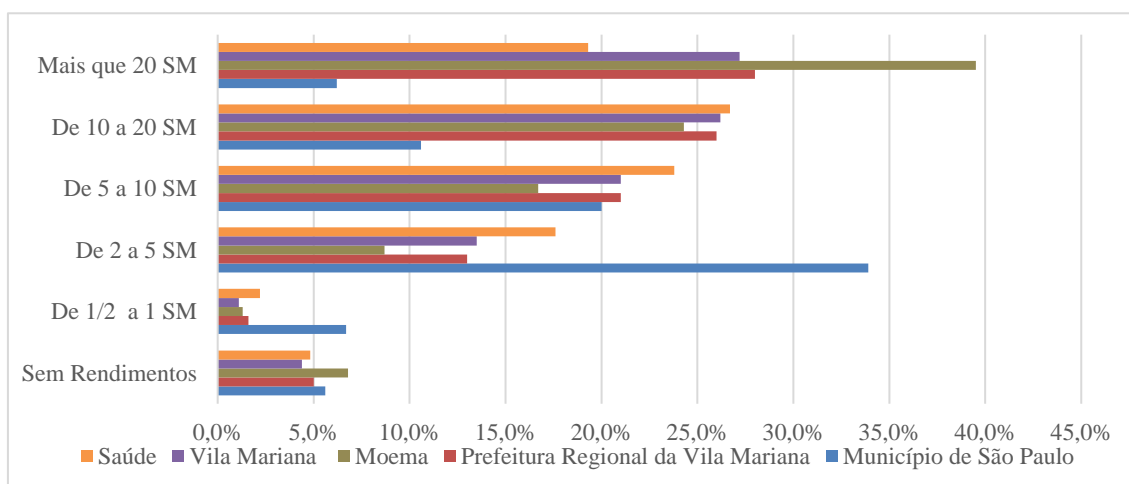
O Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras<sup>7</sup> - Quadro Analítico da Vila Mariana apresenta uma caracterização, realizada em dezembro de 2016, bastante importante para compreendermos esse território.

O Plano Regional da Subprefeitura da Vila Mariana aponta que essa é a quarta Prefeitura Regional mais dinâmica do município. A maior oferta de empregos desse território está disposta ao redor do Parque do Ibirapuera e próximo aos eixos da Avenida Paulista e Brigadeiro Luís Antônio. Dos empregos formais gerados na região 92% correspondem ao setor terciário e da construção civil, 67% correspondente à atividade de serviços, seguindo em ordem de importância: serviços técnicos administrativos, serviços de saúde, alojamento, alimentação e comércio varejista.

São ressaltados os serviços de abrangência regional que geram uma grande oferta de empregos, localizados no Shopping Center Ibirapuera e Santa Cruz, os serviços relacionados à saúde, como os equipamentos públicos do Hospital São Paulo, Dante Pazzaneze do Servidor Público Estadual, Associação de Assistência às Crianças com Deficiência (AACD) e as Universidades: Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM).

Os rendimentos dos 135.921 domicílios permanentes da Prefeitura Regional da Vila Mariana são apontados no último censo realizado pelo IBGE em 2010, os dados estão expostos no gráfico a seguir:

**Gráfico 3 - Domicílios por Faixa de Rendimento, em salários mínimos em 2010**



**Fonte:** IBGE, Censo Demográfico 2010. \* O Salário Mínimo (SM) utilizado nesse senso estava no valor de R\$ 510,00.

<sup>7</sup> Subprefeitura – Termo modificado pela Gestão do prefeito João Agripino da Costa Dória Júnior em 2017 para Prefeitura Regional.

Os dados nos apontam uma Prefeitura Regional com rendimento domiciliar médio “per capita” superior a 10 Salários Mínimos mensais. De acordo com o Plano Regional, essa é a segunda com mais elevado padrão de renda dentre as Prefeituras Regionais paulistanas. Destacando que com apenas 3% da população da cidade, consegue deter mais de 10% dos rendimentos auferidos.

O Plano Regional quando aponta a composição etária da população, demonstra uma participação de jovens (12,1%) inferior à do município (20,8%), em oposição à participação de idosos (19,7%) que é superior à verificada para o município (11,9%). Nota-se que locais com alto nível de desenvolvimento, como é o caso da Prefeitura Regional da Vila Mariana, tem baixo percentual de jovens.

Os relatórios do censo do IBGE apontam que a média de instrução da população pertencente a essa Prefeitura Regional são muito altas perante os dados do município, chegando os anos de estudo em 12,30.

O censo demográfico realizado no ano de 2010 pelo IBGE apresenta a densidade demográfica dessa Prefeitura Regional com 170,44hab/ha, ficando superior aos dados do município 102,02hab/ha. Acompanhando o Plano Regional, a caracterização da habitação na Prefeitura Regional da Vila Mariana demonstra que 70% da área construída correspondem ao uso residencial, obtendo o índice de 71,2 m<sup>2</sup>/hab, quase o triplo da média do município que está em 25,5m<sup>2</sup>/hab.

Os dados apresentam que 78% da tipologia residencial estão vinculadas a apartamentos, isso se deve ao aumento de unidades residenciais verticais lançadas de 2000 a 2013, sofrendo um declínio após esse período e 0,5% de habitação tipo casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco, demonstrando que esse território é bastante verticalizado e com pouca habitação precária. Quanto às condições das propriedades, 66% dos imóveis são próprios de algum morador já quitado e 25% alugados, sendo que 38% dos imóveis têm dois quartos e 36% um quarto. Apenas 1% do total de domicílios tem mais de 3 moradores por dormitório, muito abaixo da média do município que é de 7,9%. Apenas 1% dos domicílios encontra-se em condição de inadequação domiciliar, sendo 12,5% o percentual do município.

O número de favelas registrados no censo de 2010 pelo IBGE é de 11 comunidades com 926 domicílios. O Plano Regional aponta que apesar de apenas 0,7% dos domicílios estarem localizados em favelas<sup>8</sup> e não apresentar moradores em situação

---

<sup>8</sup> (DATASUB, 2016).

de risco existe algumas situações a serem observadas, como a das comunidades das favelas Mário Cardim, Jurandir e Mauro. Um dos motivos apresentados para o baixo índice de comunidades é a alta consolidação do território que apresenta apenas 3,6% dos seus terrenos vazios.

Outros dados que caracterizam esse território foram disponibilizados pela SMADS no ano de 2015, com o Censo da população em situação de rua. Foram contabilizadas um total de 171 pessoas nessa situação e 25 acolhimentos realizados. O Plano Regional destacou a necessidade de atenção especial para esses casos de vulnerabilidade, mesmo que os indicadores ainda coloquem a Prefeitura Regional da Vila Mariana em posição privilegiada. A atenção descrita no plano regional se dá por estarmos em áreas de maior concentração de estabelecimentos comerciais, o que atrai diversos catadores de papelão e demais materiais recicláveis. Essa condição de vida está vinculada aos benefícios existentes neste território, que, por concentrar uma população de poder aquisitivo mais elevado, direta ou indiretamente, oferece a esses moradores os recursos alternativos para a sua sobrevivência.

Já a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, disponibilizou também em 2015 que a cobertura vegetal nesse território está em 5.67m<sup>2</sup> por habitante, sendo que o índice mínimo recomendado pela Organização Mundial de Saúde para áreas urbanas é de 12m<sup>2</sup>. Segundo o relatório de Áreas Contaminadas do Município esse território conta com 17 áreas contaminadas que estão em recuperação ou em análise.

Os dados apresentados conferem a essa Prefeitura Regional posição privilegiada em relação às demais Prefeituras Regionais de São Paulo. A população moradora, em geral, tem características socioeconômicas e demográficas que a colocam exposta aos menores graus de privação.

Porém, apesar desse diagnóstico, um dado território pode apresentar dinâmicas distintas, que marca diferenças sociais e complexidades que podem passar despercebidas quando observamos o todo. Para assistir essas famílias, além dos serviços da assistência social, é necessário o trabalho em rede com os demais equipamentos dispostos pelo território. Assim, foi realizado por esse Observatório o levantamento desses equipamentos, a fim de compreender a cobertura que as diversas políticas públicas realizam.

O Plano Regional da Subprefeitura da Vila Mariana apresenta a partir da Lei nº16.050/14 a Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana, que tem como objetivo a promoção da convivência mais equilibrada entre urbanização e conservação ambiental,

e a compatibilidade do uso e ocupação do solo com a oferta de sistemas de transporte coletivo e de infraestrutura para os serviços públicos. Este território tem quase sua totalidade contida na Macroárea de Urbanização Consolidada (MUC), à exceção de uma pequena parcela correspondente à Operação Urbana Faria Lima - vizinhas à Avenida Hélio Pellegrino – que está inserida na Macroárea de Estruturação Metropolitana (MEM).

O Plano destaca que o uso e ocupação do solo são diversificados, coexistindo setores de uso misto, de uso exclusivamente residencial, de corredores, de centralidades, de estruturação urbana, além da ocorrência de áreas especiais de interesse social, de proteção ambiental e de preservação cultural. Caracteriza-se, também, pela presença de diversas áreas ocupadas por clubes esportivos sociais integrantes do Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres.

O Plano Regional também menciona o Zoneamento aprovado recentemente (Lei nº 16.402/16) trazendo ao território diretrizes de ocupação vinculadas às estratégias de estruturação e qualificação em consonância ao estabelecido no Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (PDE). As zonas foram definidas em função das características do território em que se inserem, refletindo a dinâmica de crescimento e tendências de ocupação recente desta Prefeitura Regional.

De acordo com o zoneamento as Zonas Mista Urbana (ZMU), Zonas de Centralidade (ZC) e Zonas de Corredor (ZCOR), somadas, constituem 41,8%, o maior percentual do território, destacando a relevância das atividades do setor terciário. Seguem-se a estas as Zonas Eixo de Estruturação da Transformação Urbana (ZEU) e Zonas Eixo de Estruturação da Transformação Urbana Previsto (ZEUP) somando 30,2%, que confirmam o potencial de transformação existente ao longo dos principais eixos viários estruturais e de transporte público.

Merece destaque a presença do uso residencial de baixa densidade representado pela Zona Exclusivamente Residencial (ZER-1) e Zona Predominante Residencial (ZPR) que ocupam significativa parcela do território (12,7%). Da mesma forma as Zonas de Ocupação Especial (ZOE) e Zonas Especiais de Proteção Ambiental (ZEPAM), que juntas correspondem a 11,2% do território, ressaltam a importância dos espaços abertos destinados a equipamentos de lazer e áreas verdes remanescentes. Um dos dados mais baixos da Prefeitura Regional da Vila Mariana são as Zonas Especiais de Interesse Social, ocupado por ZEIS-1 e ZEIS-3, com predominância da categoria ZEIS-1 e que juntas correspondem a aproximadamente 0,2% do território.

#### 4. Prática de Estágio: experiência na Política Pública de Assistência Social

Nesse capítulo será descrito os procedimentos realizados no período de estágio em ambos os observatórios. Os Sistemas de Informação podem ser compreendidos como o conjunto de ferramentas técnicas, processamentos de dados e o envolvimento dos aspectos humanos, administrativos e organizacionais, que possibilitam a formação de redes, de um maior dinamismo e flexibilização entre dados processados e a realidade presenciada.

As mudanças ocorridas através da introdução dos sistemas de informações modificaram as relações entre indivíduos e a sociedade, com informações instantâneas, rotinas programáveis, inclusão em redes de comunicação entre outros.

Para a produção dos mapas, utilizamos o Software Q-Gis – Versão 2.14 e 2.18 e o aplicativo do Google Maps – My Maps<sup>9</sup>. Estas ferramentas possibilitaram a entrega de mapas com os equipamentos das diferentes políticas públicas dispostas no território e um mapa on-line com as características e equipamentos do território, disponível para qualquer indivíduo que tenha acesso à internet e aos serviços Google.

O Sistema de Informação Geográfica - Q-Gis<sup>10</sup> é uma multiplataforma que suporta vários formatos vetoriais<sup>11</sup>, *raster*<sup>12</sup>, banco de dados e outras funcionalidades, fornecendo um número contínuo de funções e complementos que auxiliam a visualizar, gerenciar, editar, analisar os dados e compor mapas impressos. A utilização dessa ferramenta possibilita um maior cruzamento de dados - GeoSampa, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), Plano Diretor da Cidade de São Paulo, Observatório Social - visando intensificar a compreensão de como a Política Pública de Assistência Social interage no território. Outra ferramenta utilizada foi o *My Maps*, que possibilita a utilização de dados externos para a criação de mapas no *Google Maps*, essa ferramenta é de maior familiaridade para todos, por ser manuseada no cotidiano, tornando assim o acesso prático.

A sistematização de dados descreve diferentes variáveis socioeconômicas, quando associada à distribuição espacial dos mesmos, caracterizando as privações

---

<sup>9</sup> My Maps – Ferramenta gratuita, disponibilizada para qualquer usuário do Gmail e acesso permitido nos serviços da Prefeitura de São Paulo.

<sup>10</sup> O Software Q-Gis é um programa de sistema de informação geográfica com código aberto e licenciado sob a Licença Pública Geral GNU, sendo um projeto oficial da Open Source Geospatial Foundation (OSGeo). Sua instalação é autorizada pela Prefeitura de São Paulo e a Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo - EMASP disponibilizou para todos os servidores, curso de capacitação da ferramenta.

<sup>11</sup> Formato Vetoriais - Vetores, por definição são linhas a certa distância e ângulo, ou seja, esse tipo de imagem irá trabalhar com pontos e linhas. São ligados dois ou três pontos e o próprio computador fará o cálculo para uni-los. Os vetores podem ser aumentados sem qualquer perda real de qualidade.

<sup>12</sup> Formato Raster - formada de pequenas peças, como um mosaico. Estas peças são os pixels, ou seja, dividir uma imagem em quadradinhos. Quanto mais pixels tiver, mais será possível ampliar sua imagem, caso contrário sua imagem fica borrada.

socioeconômicas e as concentrações de vulnerabilidades sociais. Essas identificações demonstram áreas com maior precariedade, indicando lugares que necessitam de ações/intervenções de proteção social.

SMADS, COVS e os Observatórios Locais são os responsáveis por produzir, sistematizar, analisar e disseminar informações territorializadas, em concordância com as três funções estabelecidas pela Política Pública de Assistência Social: a Defesa de Direitos; a Proteção Social e a Vigilância Socioassistencial.

O COVS e os Observatórios Locais exercem a função de Vigilância Socioassistencial, que visa detectar e compreender as situações de precarização e de agravamento das vulnerabilidades que afetam os territórios e os cidadãos, prejudicando e pondo em risco sua sobrevivência, dignidade, autonomia e socialização.

Realizar uma leitura da realidade pressupõe processo de levantamento, organização, sistematização e análise de dados, sendo possível construir uma formação de redes e um maior dinamismo e flexibilização entre dados processados com o intuito de tornar visível o “homem comum”, para não se diluir em meio a estatísticas.

O enfrentamento dos problemas sociais é um processo de construção que mobiliza diferentes atores, tanto os que exercem a política, como aqueles que utilizam os serviços. Nesse sentido, é importante trabalhar os dados dos variados elementos disponíveis e acessíveis, atento à dinâmica da realidade e se propondo a compreender esse território e não somente realizar um ato de descrição sobre o mesmo.

É necessário entrelaçar conectores que permitam ler e interpretar a realidade, de forma a penetrar tecnologias em diversos campos da atuação, tornando possível a interação entre o homem e a máquina, de modo a retirar dos softwares todos seu potencial para facilitar o trabalho daquele que o utiliza.

Nesse sentido a possibilidade de se utilizar mapas para a interpretação territorial gera uma visualização cartográfica do território e suas partes. Assim o enfrentamento de problemas sociais complexos que os projetos de estágio propuseram, foi apontar tecnologias de informação para a Política Pública de Assistência Social, de forma a integrar informações para se realizar interpretações através dessas tecnologias, permitindo ampliar os direitos e democratizar as decisões sobre as políticas sociais.

Outra perspectiva importante é compreender que os trabalhadores da Assistência Social possuem um conhecimento e percepção do território em que atuam, nesse sentido a cartografia auxilia por conseguir apreender os múltiplos sentidos expressos em um

território, diferindo dessa percepção espacial, ou seja, enxergar os lugares é apenas uma parte de conhecê-los, capta-los e inserir-se neles.

Os mapas cartográficos diferem dos mapas mentais e segundo Sandra Lencioni (2003), os mapas cartográficos fazem uma representação objetiva do espaço, enquanto os mapas mentais fazem uma representação subjetiva a partir da percepção que o homem elabora das imagens sobre esse espaço, dessa forma o espaço vivido passa a ser construído socialmente através da percepção e da interpretação dos indivíduos, revelando as práticas sociais.

Pode-se entender que a confecção dos mapas e sua disponibilização para as profissionais técnicas supervisoras e à rede de serviços conveniada, possibilitam formas de apropriação do território com informações mais próximas da realidade e de acordo com o cotidiano. Torna-se possível juntar as impressões captadas dos locais de atuação, possibilitando uma maior aproximação com o território, assim obtendo identificações mais precisas de condições como pobreza, vulnerabilidade e risco social.

Desse modo, este trabalho irá percorrer como foram percebidos e utilizados os mapeamentos desenvolvidos no estágio pelos diferentes atores que compõem a Política Pública de Assistência Social.

#### **4.1. Observatório de Políticas Sociais Local do Butantã**

Os dados do território da SAS Butantã, obtidos pelo Observatório de Políticas Sociais Local do Butantã e a complementação dos dados no portal do GeoSampa, possibilitaram a confecção de alguns quadros.

A Política de Assistência Social entre equipamentos conveniados e não conveniados disponibilizou no ano de 2018 um total de 38 equipamentos, descritos a seguir:

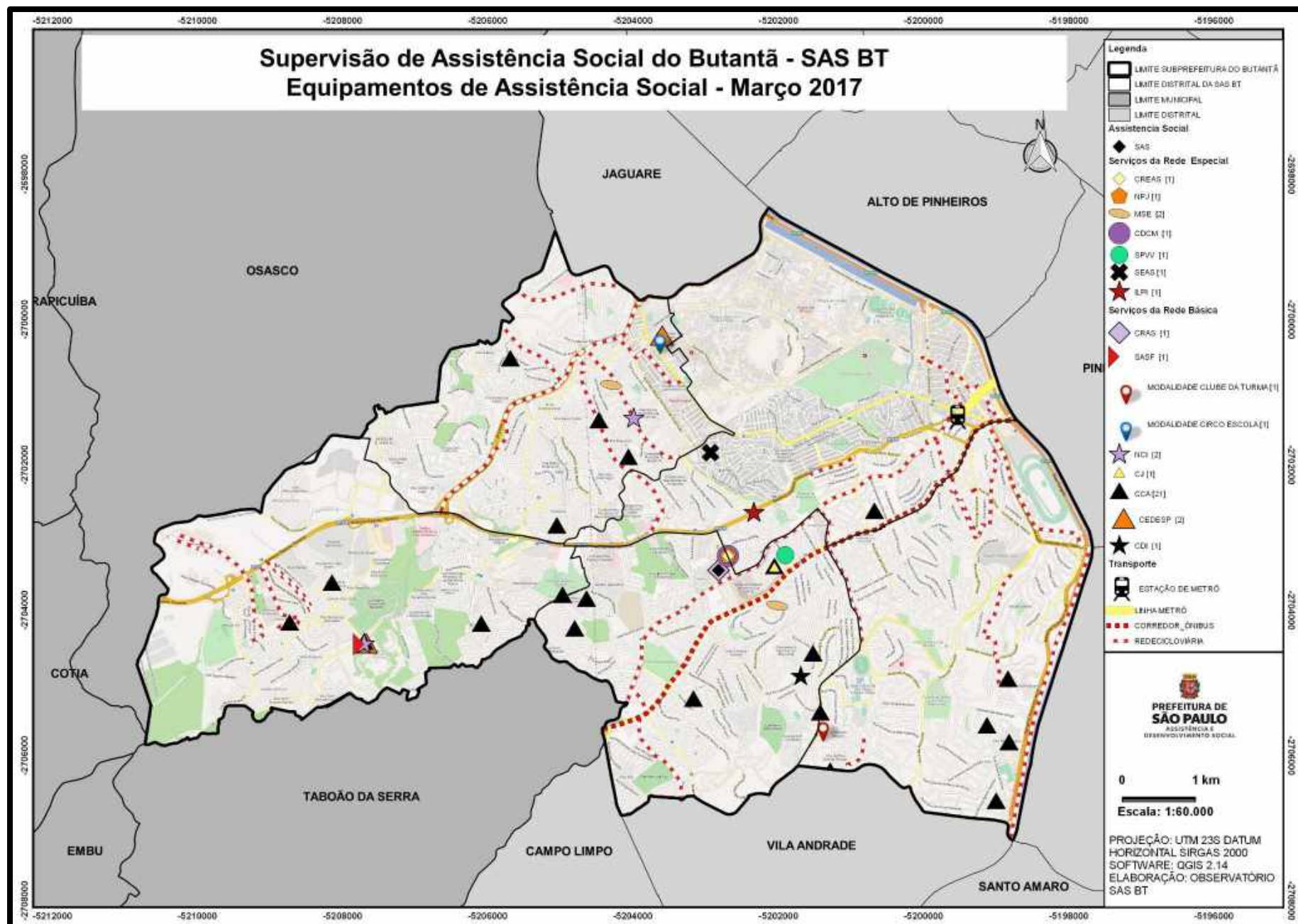
**Quadro 3 - Rede de Serviços Socioassistenciais Conveniada**

<b>Proteção Social</b>	<b>Tipo de serviço</b>	<b>Nº de serviços</b>
BÁSICA	SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL À FAMÍLIA E PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO - SASF	1
BÁSICA	NÚCLEO DE CONVIVÊNCIA DE IDOSO – NCI	2
BÁSICA	CENTRO PARA A JUVENTUDE – CJ	1
BÁSICA	SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTE E JOVENS - CLUBE DA TURMA	1
BÁSICA	ENTURMANDO CIRCO ESCOLA (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA MUNICIPALIZADO)	1
BÁSICA	CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PRODUTIVO PARA ADOLESCENTES, JOVENS E ADULTOS - CEDESP	2
BÁSICA	CENTRO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES – CCA	21
PSEA	CENTRO DIA PARA IDOSOS	1
PSEA	INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS – ILPI	1
PSEA	SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	3
PSEM	NÚCLEO DE PROTEÇÃO JURÍDICO SOCIAL E APOIO PSICOLÓGICO – NPJ	1
PSEM	CENTRO DE DEFESA E DE CONVIVÊNCIA DA MULHER	1
PSEM	SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA	1
PSEM	SERVIÇO ESPECIALIZADO DE ABORDAGEM SOCIAL ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	1

**Fonte:** SAS BT/ Unidade de Prestação de Contas/ Observatório, fevereiro, 2017.

**Elaboração:** SAS BT/Observatório, março, 2017.

Mapa 1 - Rede de Serviços Conveniados da Política Pública de Assistência Social

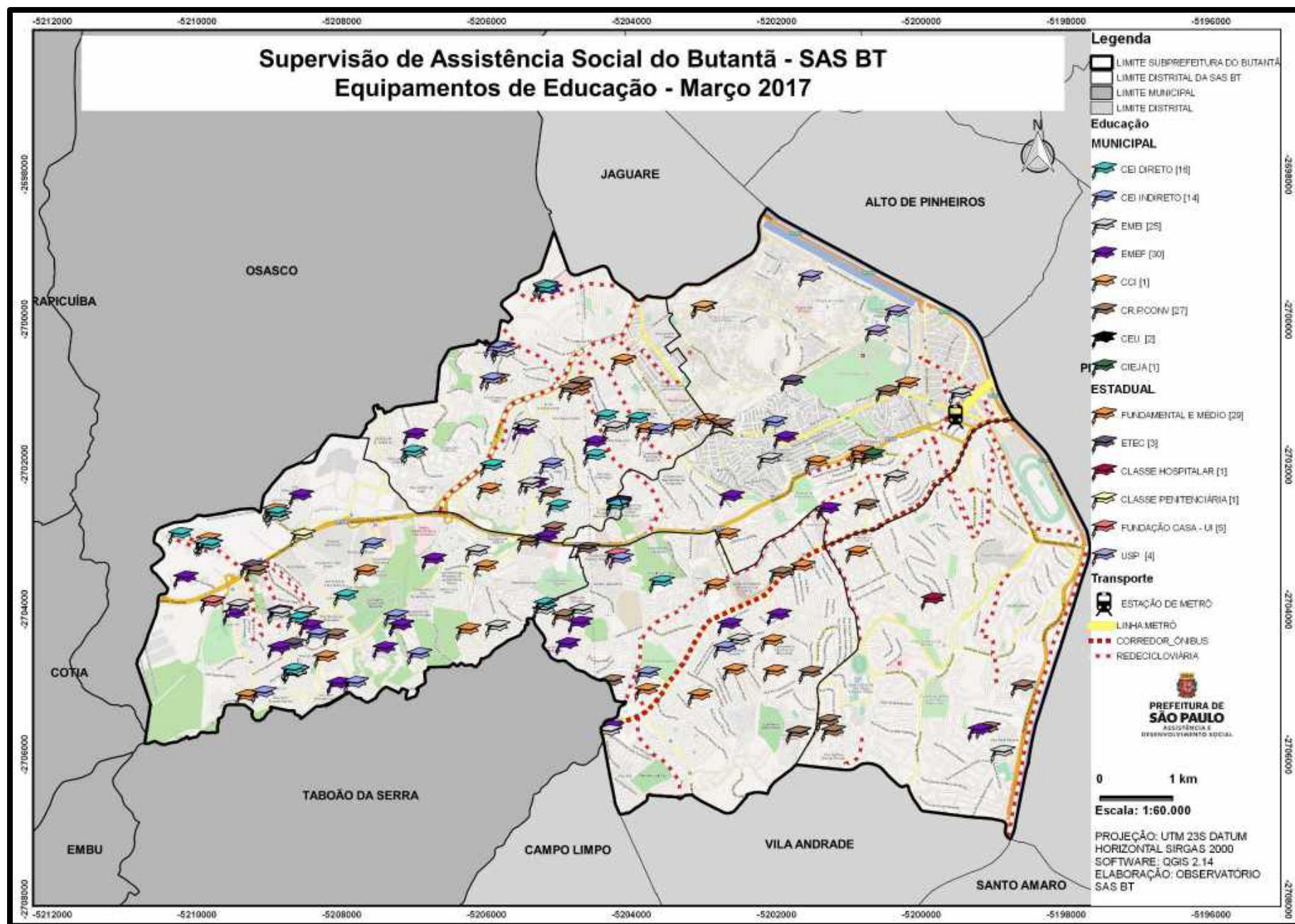


A Política da Educação disponibiliza na esfera municipal o total de 126 equipamentos e na esfera Estadual o total de 43 equipamentos, compreendidos em:

**Quadro 4 – Rede de Serviços da Educação**

<b>ESFERA</b>	<b>EQUIPAMENTO</b>	<b>NÚMERO</b>
Municipal	CCI - Centro de Convivência Infantil	1
Municipal	CEI - Centro de Educação Infantil – Direto	16
Municipal	CEI - Centro de Educação Infantil – Indireto	14
Municipal	CEU - Centro Educacional Unificado	2
Municipal	CIEJA - Centro de Integração de Educação de Jovens e Adultos	1
Municipal	CR.P.CONV. - Creche Particular Conveniada	27
Municipal	EMEF - Escola Municipal de Ensino Fundamental	30
Municipal	EMEI - Escola Municipal de Educação Infantil	25
Estadual	Classe Hospitalar	1
Estadual	Classe Penitenciária	1
Estadual	Creche	3
Estadual	Escola de Aplicação	1
Estadual	Escola de Ensino Fundamental e Médio	29
Estadual	ETEC - Escola Técnica Estadual	3
Estadual	Fundação Casa – UI	5

Mapa 2 - Rede de Serviços da Política Pública de Educação

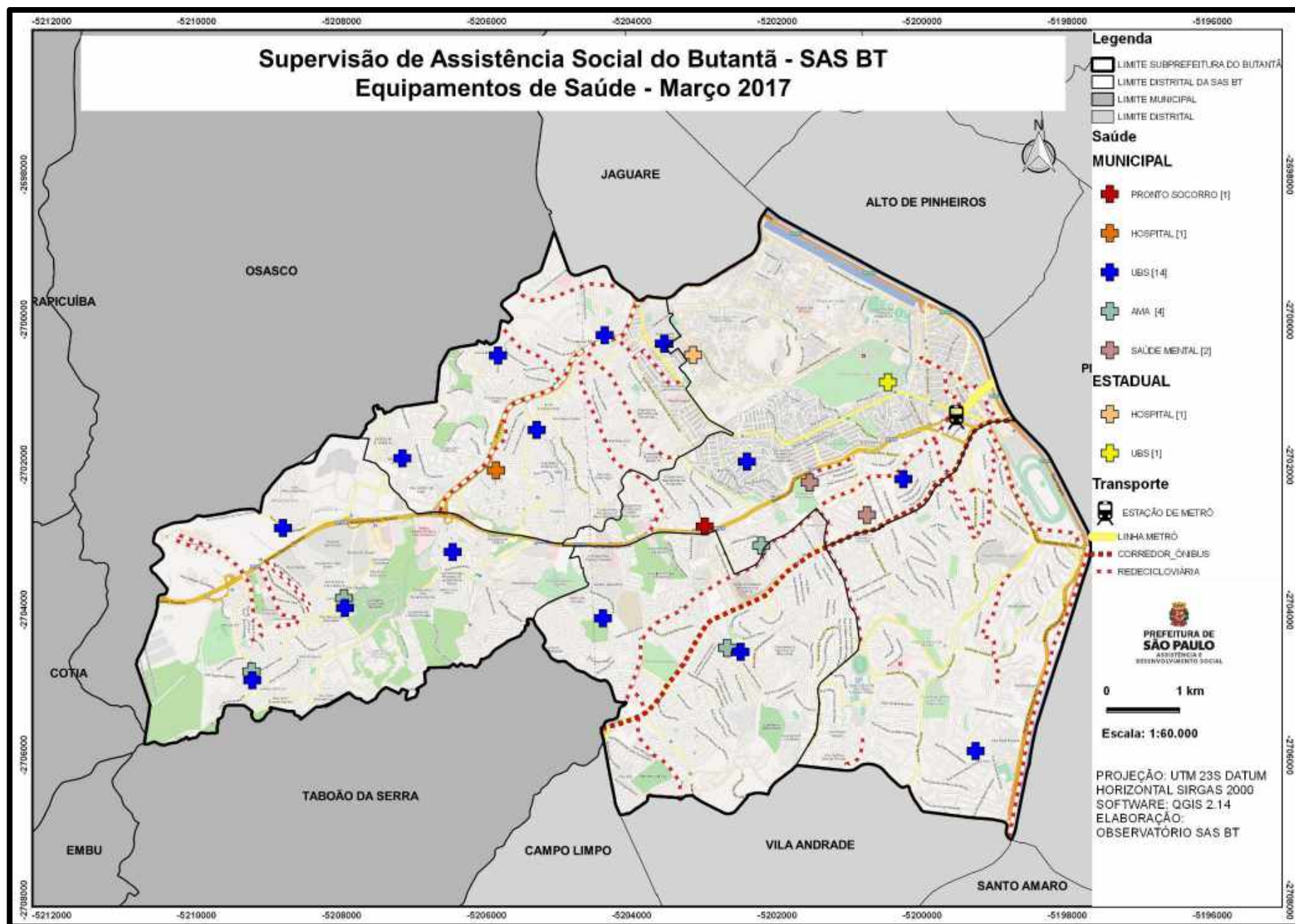


A Política de Saúde disponibiliza na esfera Municipal o total de 23 equipamentos e na esfera Estadual o total de 2 equipamentos, compreendidos em:

**Quadro 5 – Rede de Serviços da Saúde**

<b>ESFERA</b>	<b>EQUIPAMENTO</b>	<b>NÚMERO</b>
Municipal	AMA - Atendimento Médico Ambulatorial	4
Municipal	Hospital	1
Municipal	Pronto Socorro	1
Municipal	Saúde Mental	2
Municipal	UBS - Unidade Básica de Saúde	14
Estadual	Hospital	1
Estadual	UBS - Unidade Básica de Saúde	1

Mapa 3 - Rede de Serviços da Política Pública de Saúde

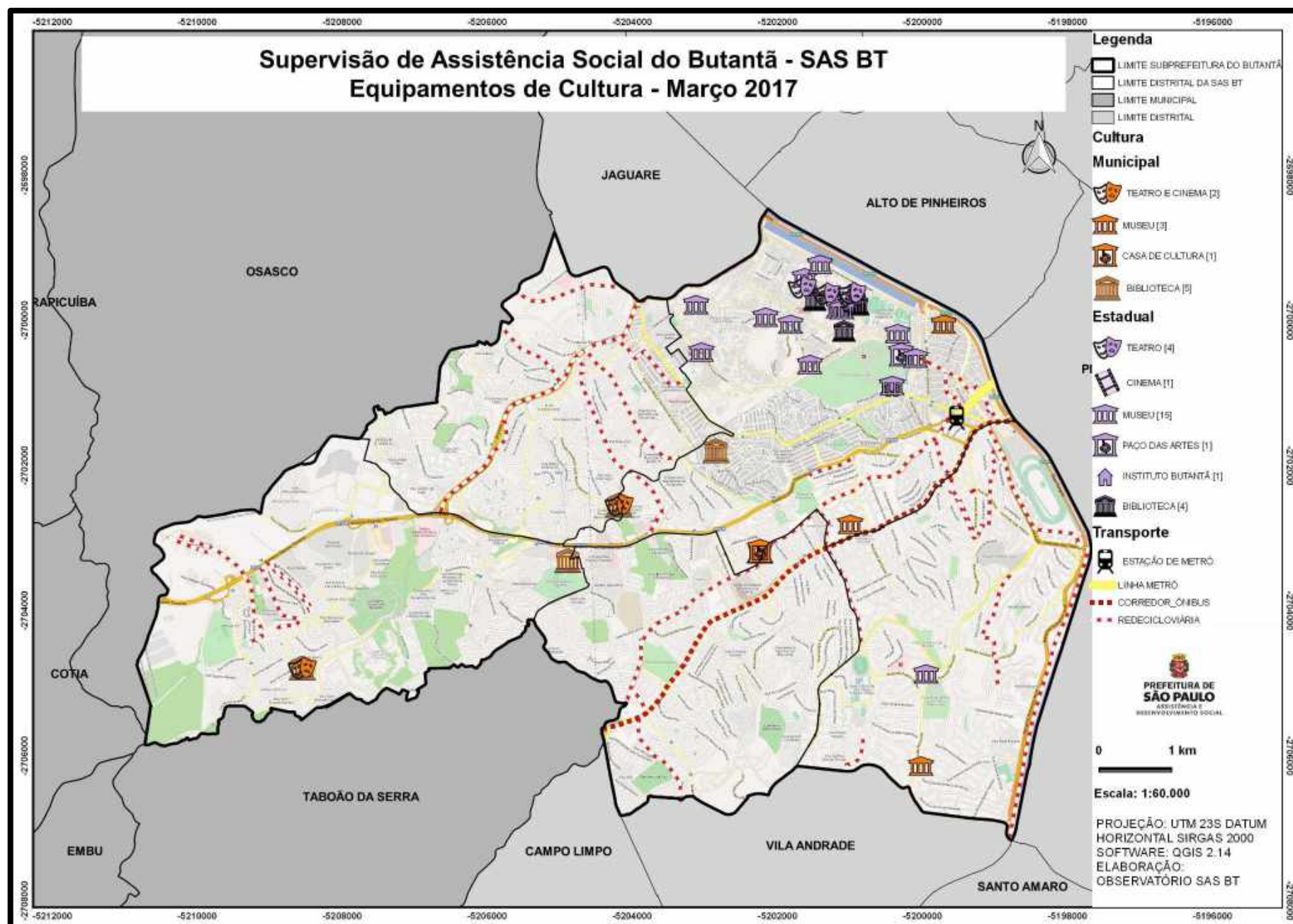


A Política de Cultura disponibiliza na esfera municipal o total de 11 equipamentos e na esfera Estadual o total de 26 equipamentos, compreendidos em:

**Quadro 6 – Rede de Serviços da Cultura**

<b>ESFERA</b>	<b>EQUIPAMENTO</b>	<b>NÚMERO</b>
Municipal	Biblioteca	5
Municipal	Casa de Cultura	1
Municipal	Museu	3
Municipal	Teatro e Cinema	2
Estadual	Biblioteca	4
Estadual	Cinema	1
Estadual	Instituto Butantã	1
Estadual	Museu	15
Estadual	Paço das Artes	1
Estadual	Teatro	4

Mapa 4 - Rede de Serviços da Política Pública de Cultura

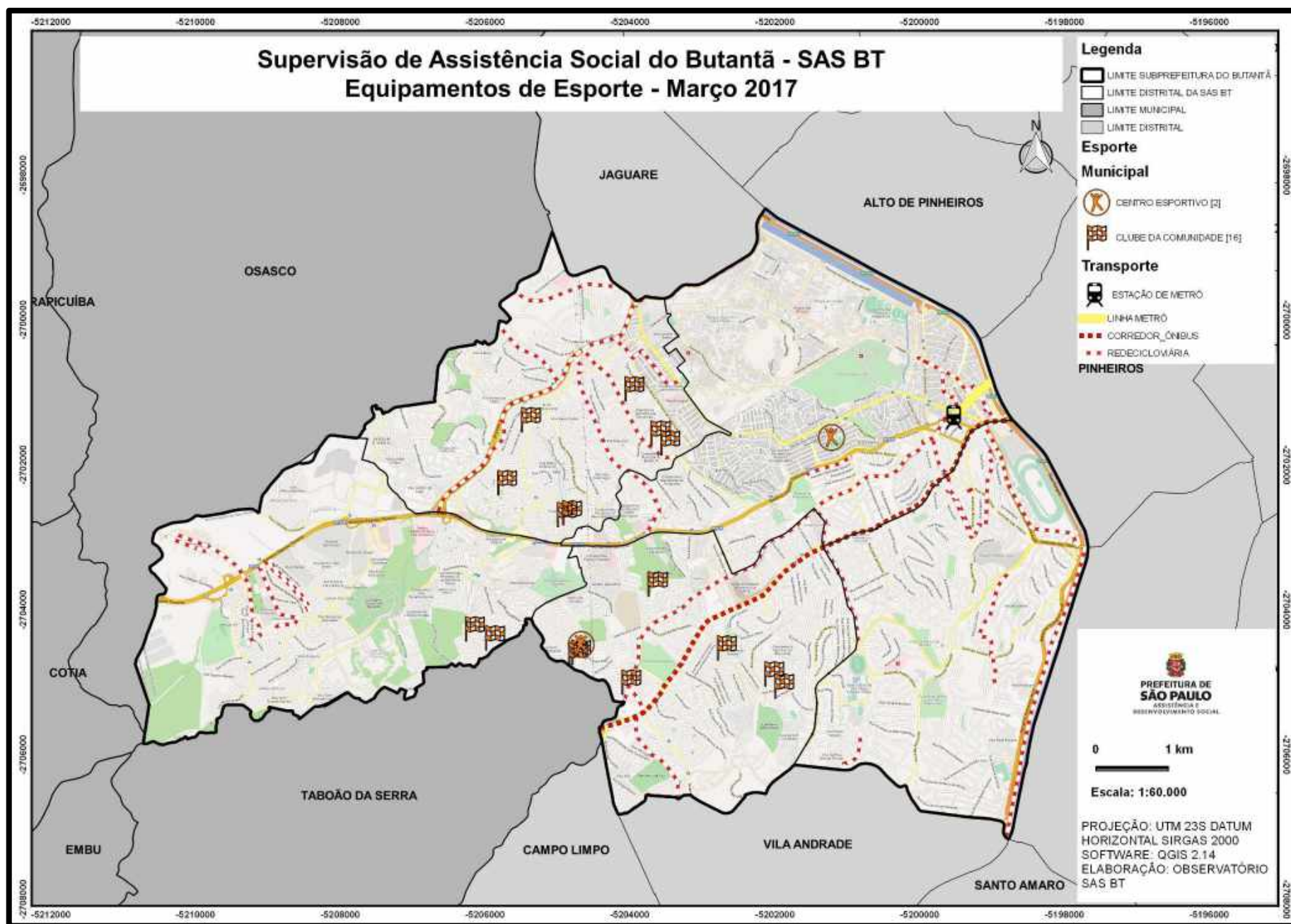


A Política de Esportes disponibiliza na esfera municipal o total de 18 equipamentos, compreendidos em:

**Quadro 7 – Rede de Serviços de Esporte**

<b>ESFERA</b>	<b>EQUIPAMENTO</b>	<b>NÚMERO</b>
Municipal	Clube da Comunidade	16
Municipal	Centro Esportivo	2

Mapa 5 - Rede de Serviços da Política Pública de Esportes

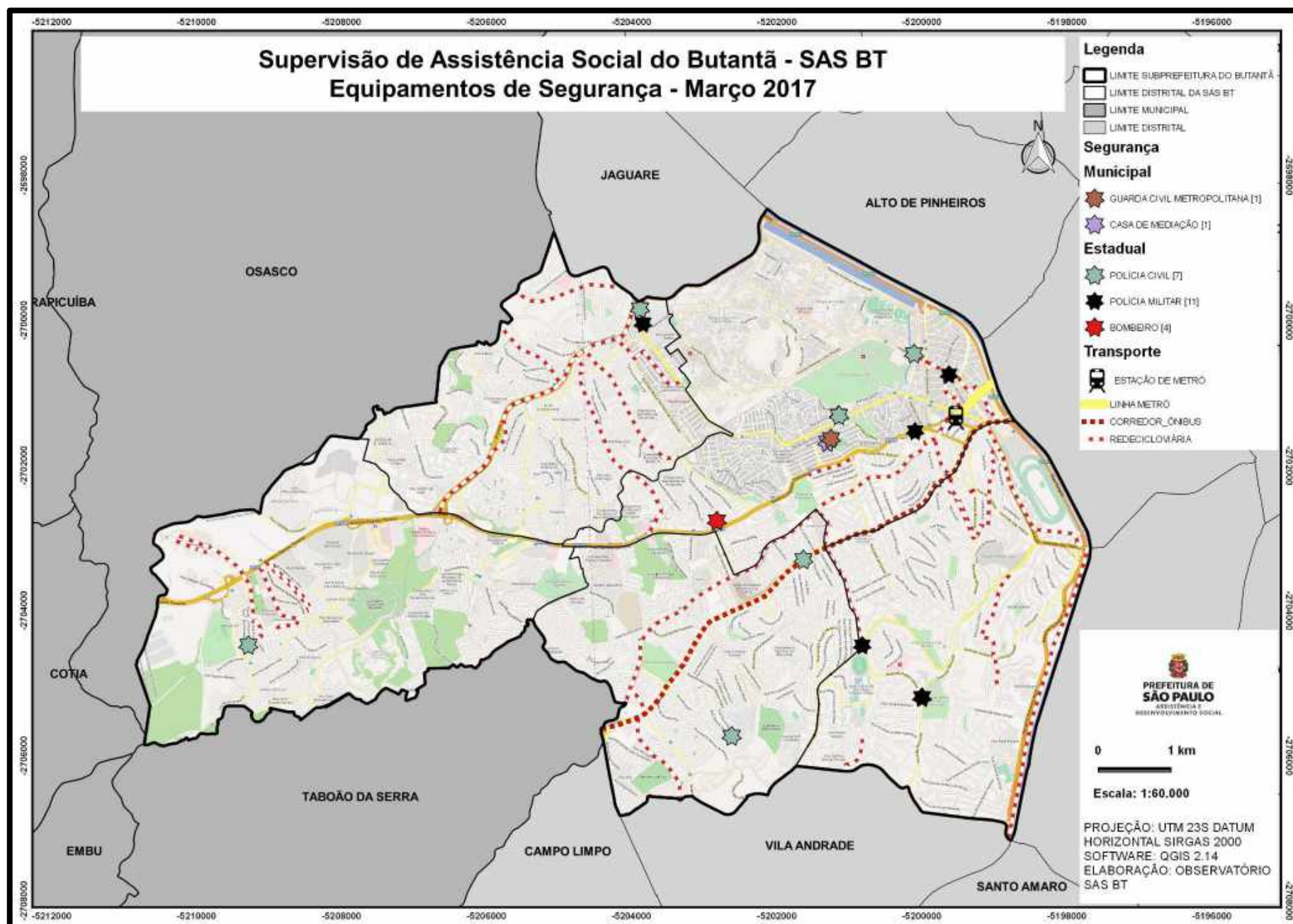


A Política de Segurança disponibiliza na esfera municipal o total de 2 equipamentos e na esfera Estadual o total de 22 equipamentos, compreendidos em:

**Quadro 8 – Rede de Serviços da Segurança**

<b>ESFERA</b>	<b>EQUIPAMENTO</b>	<b>NÚMERO</b>
Municipal	Casa de Mediação	1
Municipal	Posto da Guarda Metropolitana	1
Estadual	Posto da Polícia Cível	7
Estadual	Posto da Polícia Militar	11
Estadual	Posto de Bombeiro	4

Mapa 6 - Rede de Serviços da Política Pública de Segurança



**Mapa 7 - Rede de Serviços pertencente as políticas Públicas presentes no Território da SAS Butantã**



Os Quadros 3, 4, 5, 6, 7 e 8 são o resultado do levantamento da rede de equipamentos existentes no território do Butantã, e sua sistematização foi fundamental, já que serviram de georreferencia para a constituição dos mapas que embasaram diferentes políticas públicas dispostas no território.

Com a produção dos mapas e a disponibilização para impressão em diferentes tamanhos (A4, A2, A0 e B0) foi possível realizar a divulgação da ferramenta Qgis, ou seja, as coordenadorias da rede básica e especial, a equipe técnica de assistentes sociais, os serviços conveniados da SAS BT e para os gestores da Política Pública de Assistência Social, de forma que pudessem realizar a visualização do território em sua totalidade e também analisar, quando julgassem necessário, seus fragmentos.

Pela a incorporação de uma ferramenta que produz informação georreferenciada, houve a necessidade de produzir um mapa on-line que utilizasse uma ferramenta de baixa complexidade com a qual fosse possível visualizar todos os equipamentos públicos ofertados no território.

Segundo o Observatório de Políticas Sociais Locais do Butantã e o CRAS Butantã, a equipe técnica de assistentes sociais utiliza com frequência a ferramenta do *Google Maps* para encontrar as localizações e endereços dos equipamentos disponíveis dentro do território vivenciado pelos usuários. Assim, encontrar uma ferramenta que tivesse características parecidas com o *Google Maps* era a prioridade para que a familiaridade com a ferramenta possibilitasse aceitação e incorporação em sua rotina de trabalho.

Como metodologia iniciamos a montagem de um banco de dados com o nome de cada equipamento público pertencente ao território, constando: endereço, telefone, e-mail, tipo e horários de atendimento.

Após a configuração do banco de dados, a geolocalização foi realizada no geocodificador *BatchGeo*<sup>13</sup> e o arquivo a ser carregado no *My Maps*<sup>14</sup> (Ferramenta de localização integrada aos serviços Google de e-mail). Com os dados dos equipamentos (Assistência Social, Educação, Saúde, Cultura, Esporte e Segurança) carregados na ferramenta *My Maps*, foi apresentado para assistentes sociais do CRAS – Butantã, que aprovaram a ferramenta e solicitaram que outros serviços fossem acrescentados para encaminhar os usuários.

---

<sup>13</sup>Geocodificador BatchGeo - Aplicativo online e gratuito disponível na internet.

<sup>14</sup> My Maps – Ferramenta gratuita, disponibilizada para qualquer usuário do Gmail e acesso permitido nos serviços da Prefeitura de São Paulo.

Atendendo à solicitação, realizamos o levantamento dos serviços mais utilizados em atendimentos pelas assistentes sociais, segue a lista:

**Quadro 9 – Serviços aos Usuários CRAS - BT**

<b>SERVIÇOS DE ENCAMINHAMENTO DOS USUÁRIOS DO CRAS - BT</b>
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
Cartório de Registro Civil
Cartório de Registro de Imóveis
Cartório de Registro de Títulos e Documentos
Centro de Solidariedade ao Trabalhador
Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – CDHU
Conselho Estadual do Idoso
Conselho Tutelar
CRESAN e Associados
Diretoria Regional Educacional
Fórum
Pontos de Entrega do Viva leite
Poupatempo
Previdência Social
Secretaria do Estado da Educação
Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
Secretaria Municipal da Educação
Secretaria Municipal de Segurança – SMSU
Serasa
Serviços inscritos no Comas e não conveniados com a SMADS

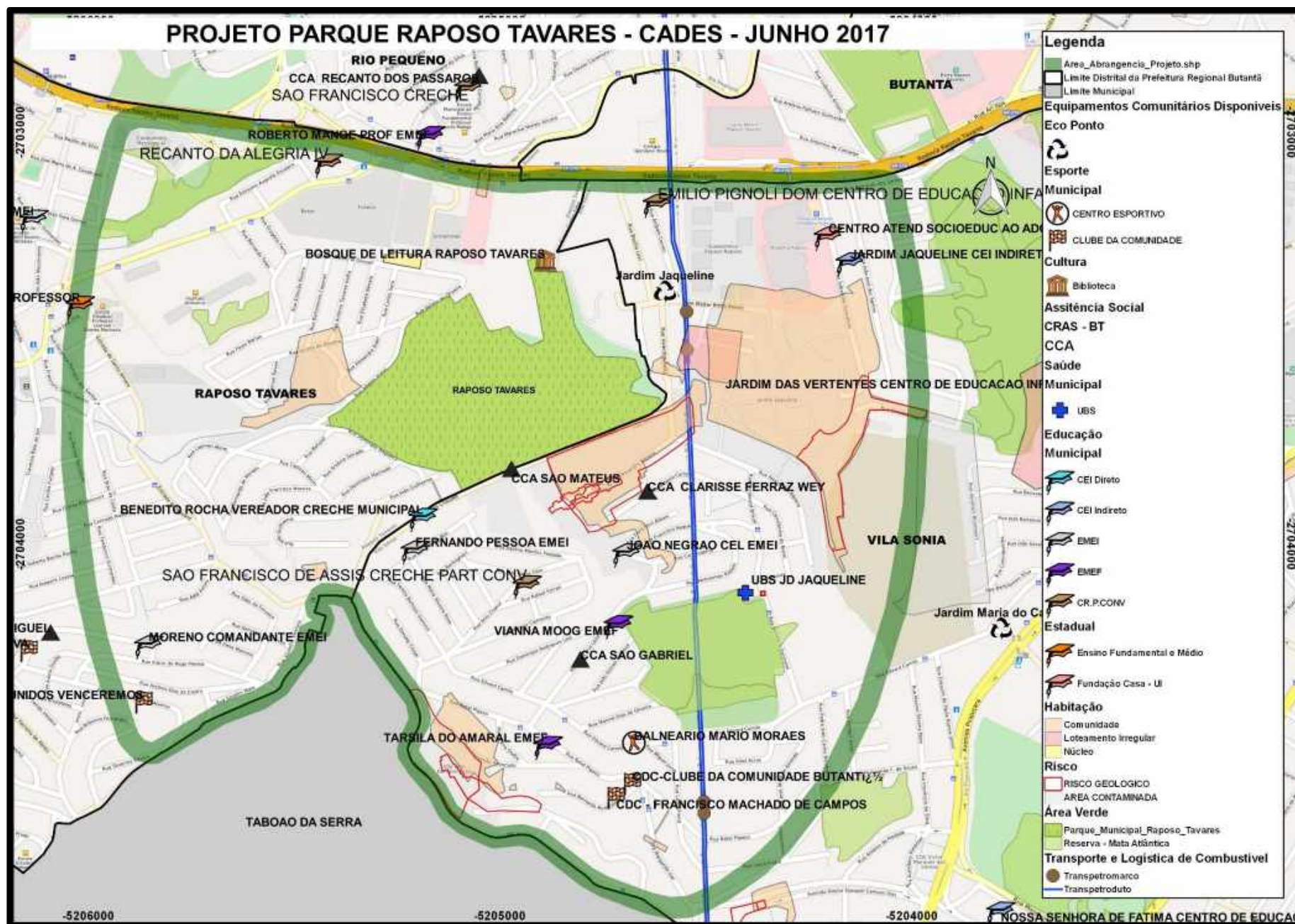
O levantamento que está disposto no Quadro 9, possibilitou a montagem do banco de dados com nome de cada equipamento, endereço, telefone, e-mail, tipo e horários de atendimento. Os dados foram geocodificados no *BatchGeo* e o arquivo adicionado ao *My Maps*, como informações disponíveis no portal do *GeoSampa*: Habitação Irregular – Favelas, Áreas de Risco Geológico e ZEIS.

Finalizados os carregamentos dos arquivos na ferramenta, apresentamos ao Observatório de Políticas Sociais Local do Butantã e o CRAS – BT. Após a aprovação

da equipe técnica a ferramenta foi compartilhada para toda a equipe técnica de assistentes sociais.

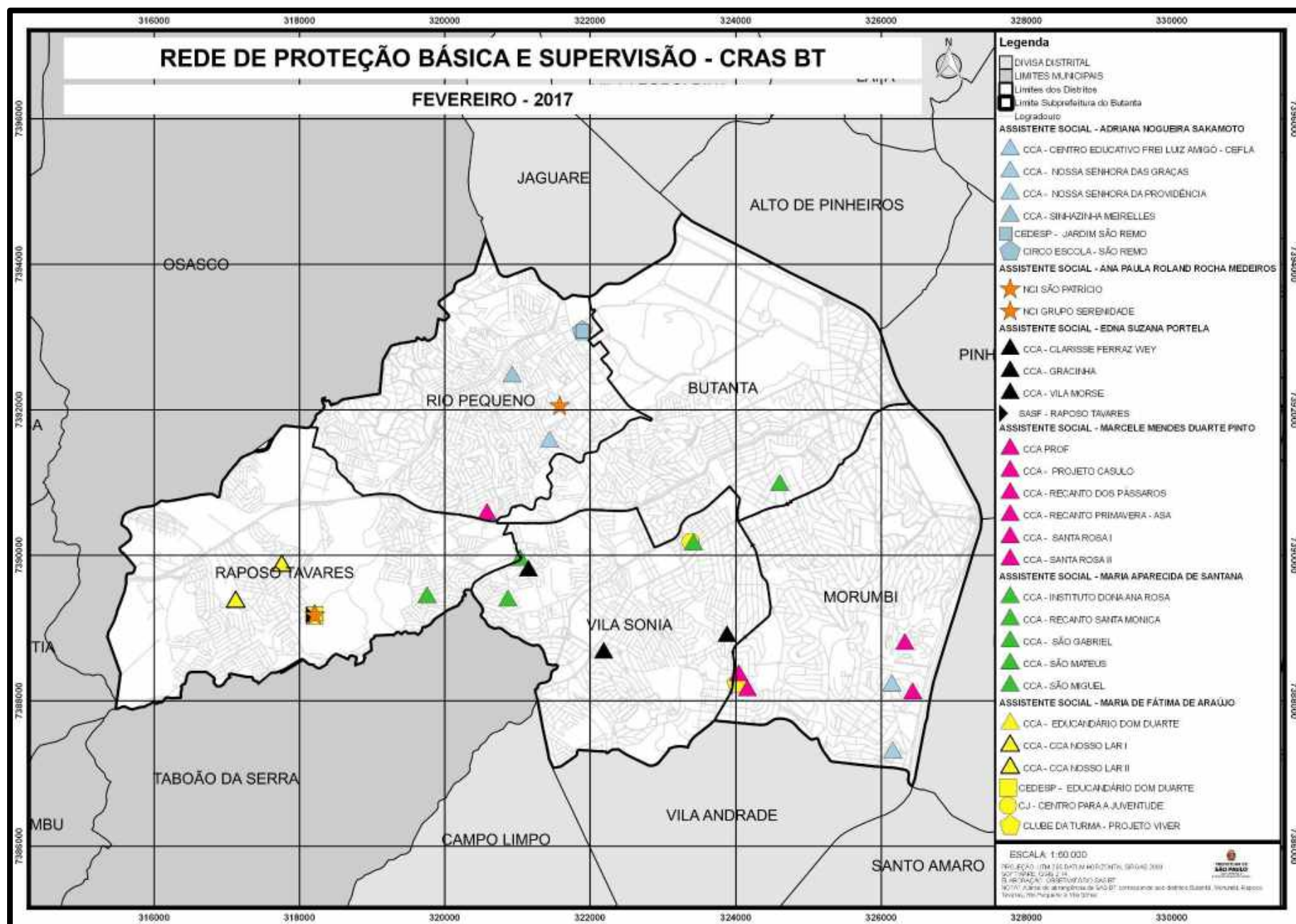
Em conjunto com a construção da ferramenta *My Maps*, o Observatório de Políticas Sociais Locais do Butantã também desenvolveu para o Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz – CADES Butantã, com a ferramenta Q-gis, um mapa com a área de abrangência do Parque Raposo Tavares e os equipamentos ao seu redor, que foi utilizado no encontro do Projeto Compreensão dos Pontos de Descarte Irregular de Lixo com a Prefeitura Regional do Butantã e a População Local.

Mapa 8 - Área de Abrangência do Parque Raposo Tavares

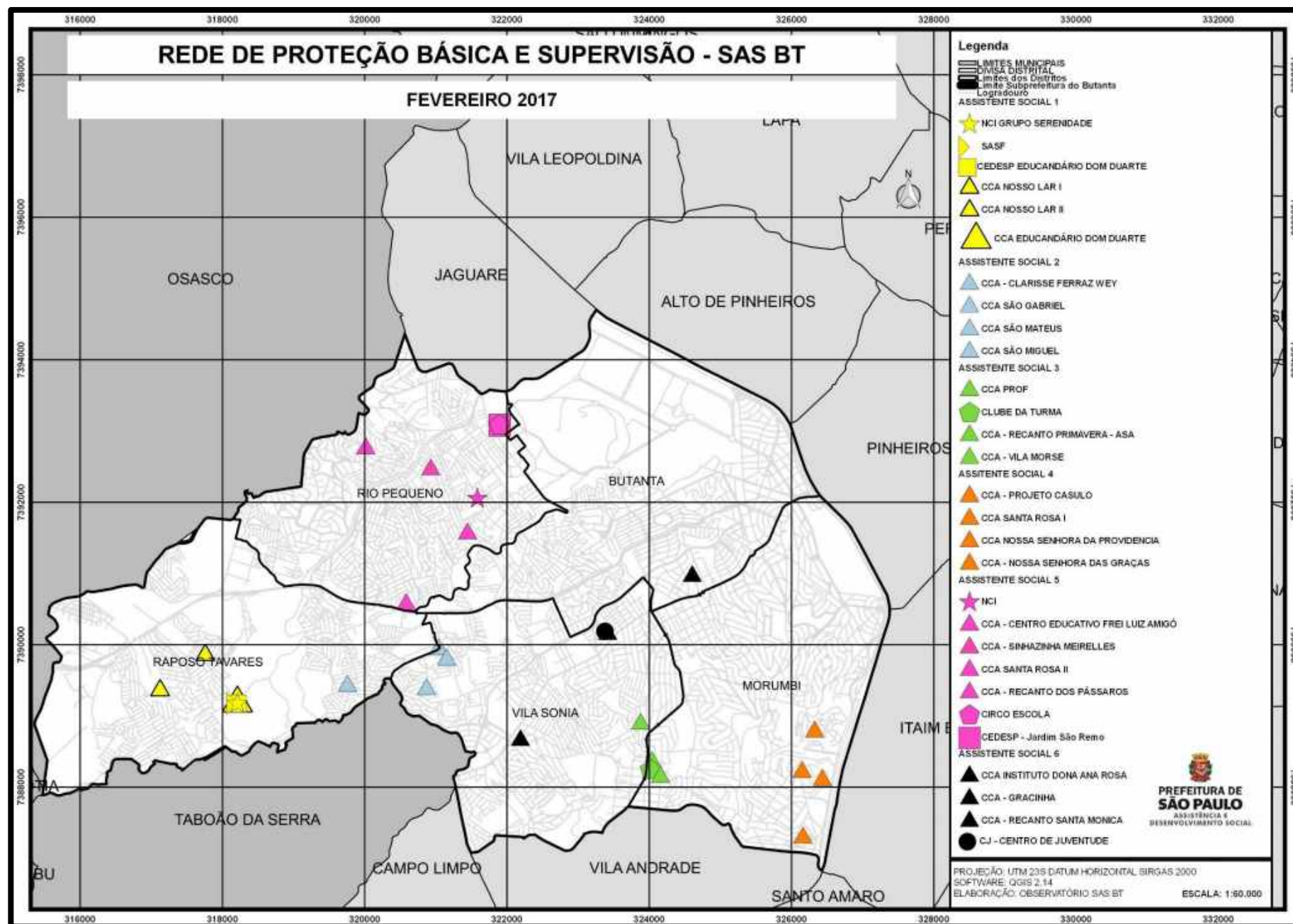


Através do Software Q-gis, foi desenvolvido por solicitação da SAS – BT uma proposta de divisão de supervisão dos serviços da proteção básica presentes no território, entre as técnicas supervisoras. De modo a favorecer com a proximidade o conhecimento do território. Assim como se empenhou em desenvolver no Software Q-gis mapas que propunham a distribuição dos serviços para a supervisão das técnicas do CRAS – BT por localização, após reunião que analisou as propostas, chegamos a um mapa final, que demonstra a disposição dos serviços e qual técnica está supervisionando o serviço.

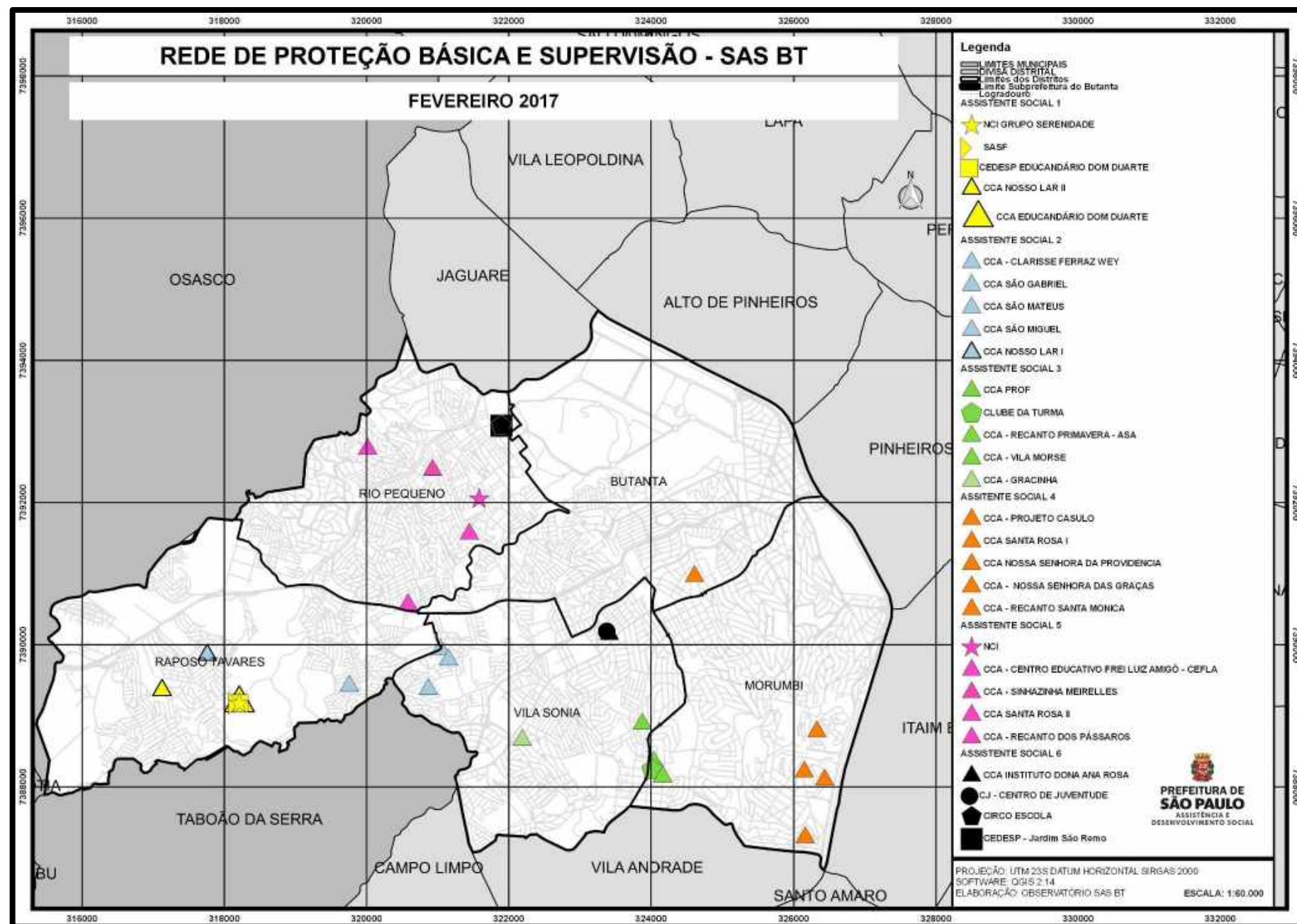
**Mapa 9 - Supervisão Técnica no Território do Butantã – Distribuição Inicial dos Serviços por Assistente Social**



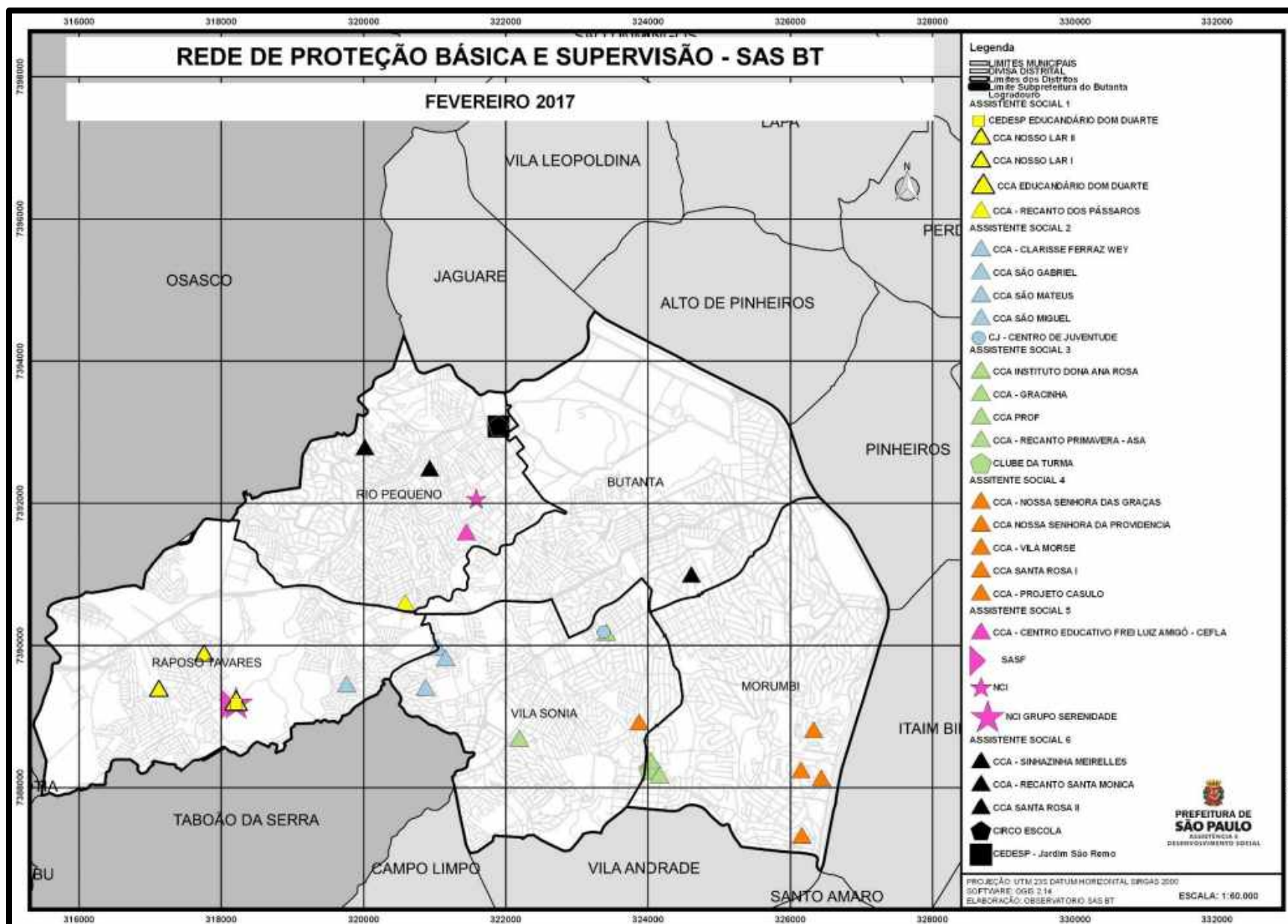
Mapa 10 - Supervisão Técnica no Território do Butantã – Distribuição dos Serviços por Assistente Social - Proposta 1



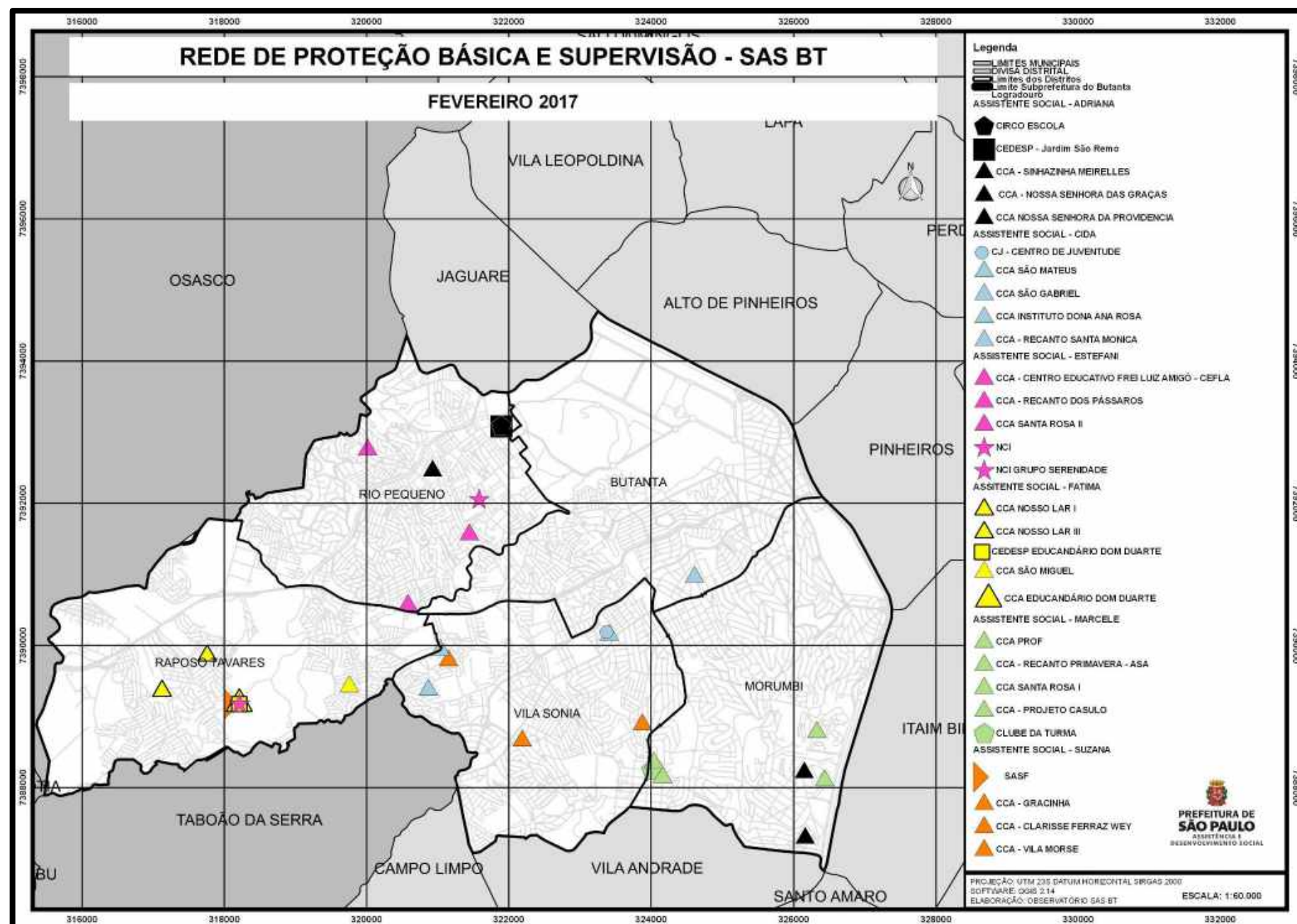
Mapa 11 - Supervisão Técnica no Território do Butantã – Distribuição dos Serviços por Assistente Social - Proposta 2



Mapa 12 - Supervisão Técnica no Território do Butantã – Distribuição dos Serviços por Assistente Social - Proposta 3



Mapa 13 - Supervisão Técnica no Território do Butantã – Distribuição Final dos Serviços por Assistente Social



Ampliando as possibilidades de utilização da ferramenta Q-gis, construímos diferentes mapas com todas as informações de interesse da assistência social sobre o território, divididos em camadas de informação:

<b>Diferentes camadas de informação contidas nos mapas</b>
Áreas de Fins Públicos
Áreas de Risco
Áreas de Zona Especial de Interesse Social – ZEIS
Áreas Verdes
Disposição do plano diretor da cidade de São Paulo, localizando no mapa o que já foi realizado, o que está em andamento e o que será realizado no território da SAS Butantã.
Eco pontos
Habitação
Pontos de logística de abastecimento do Sistema Petrobras
Rede de Equipamentos das diferentes políticas públicas pertencentes ao território.
Rede de Transporte

As demais camadas de informação de estruturas físicas do território como as geológicas, de vegetação, de hidrografia e as demais informações como faixa de renda, demografia, entre outras ficaram em construção, assim como os dados do CadÚnico que também estão sendo utilizados na constituição de mapas, para auxiliar uma melhor compreensão dos serviços disponíveis aos usuários atendidos.

A finalização desse processo, acreditava-se que seria possível imprimir mapas e acessar a ferramenta Q-gis pela equipe técnica e gestão, para combinar dados de interesse, realizando uma leitura e interpretação do território, oferecer um melhor atendimento à população.

Por fim, para que a utilização da ferramenta Q-gis possa ser acessível por todos os servidores públicos, usuários e serviços do território da Assistência Social no Butantã, ficou estabelecido a construção de um Manual de utilização do Software Q-gis e a oferta de mini cursos para todos os interessados.

#### **4.2. Observatório Socioassistencial Local da Vila Mariana**

Os dados coletados pelo Observatório de Vigilância Socioassistencial Local da Vila Mariana e a complementação com os dados no portal do GeoSampa, Infocidade, IBGE e Gestão Urbana possibilitaram a confecção dos mapas no sistema Q-Gis – Versão 2.18.

Para a elaboração dos mapas realizamos o tratamento, que se remeteu a configuração dos bancos de dados e espacialização dos dados, através da geolocalização realizada no geocodificador Google Fusion Tables e Batchgeo<sup>15</sup>.

A descrição dos procedimentos dos mapas elaborados comporta o levantamento e a classificação dos dados utilizados. Segue abaixo esses procedimentos:

#### **Mapa 14 e 15:**

A confecção desses mapas foi realizada a partir do levantamento dos dados dos equipamentos públicos e privados presentes no território. Nosso maior foco se fez nos equipamentos públicos.

Para a confecção dos mapas foram realizadas planilhas com endereço, telefone, e-mail e informações que auxiliem a entender o equipamento presente no território. Dessa forma obtivemos a distribuição de ambos e a cobertura que as políticas públicas exercem no território.

---

<sup>15</sup> Geocodificador Google Fusion Tables e Batchgeo - Aplicativo online e gratuito disponível na internet.

**Legenda**

**LIMITE ADMINISTRATIVO**

- Limite Oficial (Município de São Paulo)
- Limite Oficial (Município de São Paulo)

**EQUIPAMENTOS**

**ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**Básica**

- SAC - Serviço de Atendimento ao Cidadão
- CRAI - Centro de Referência em Assistência Social
- CLUBE DA TURMA
- Núcleo de Convivência de Idosos

**Especial**

- SPR - Serviço de Proteção Jurídica e Apoio Psicológico
- CREAS
- CENTRO DE ACOGLHIMENTO CRIANÇAS
- CTA - Centro de Atendimento à Criança
- SIPI - Instituto de Longo Permanência para Idosos
- MSE - Módulo Social Específico em Meio Aberto
- NAEPD - Núcleo do Apoio e Trabalho Social para Pessoas com Deficiência
- SPVIV - Serviço de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência
- SEAPD - Serviço Especializado de Atendimento Especial às pessoas em Situação de Rua
- SEAS - SEAS - Serviço Especializado de Atendimento Especial às pessoas em Situação de Rua

**CULTURA**

**Esfera Federal**

- Museu
- Biblioteca

**Esfera Estadual**

- Digressão Cultural
- Museu
- Sala Show e Concertos

**Esfera Municipal**

- Biblioteca
- Museu
- Sala Show

**EDUCAÇÃO**

**Esfera Federal**

- ANP - Fundação UNESP - Escola Normal e Fundamental

**Esfera Estadual**

- Escola Fundamental I
- Escola Fundamental II
- Escola Fundamental III
- Escola Fundamental IV e Ensino
- Escola Fundamental V e Ensino de Jovens e Adultos
- Escola Técnica
- ETEC - Escola Técnica Pública

**Esfera Municipal**

- CEI - Centro de Educação Infantil
- CEI - Centro de Educação Infantil
- CR - P. Cordeiro - Centro Pedagógico Conventual
- EMEP - Escola Municipal de Ensino Fundamental
- EMP - Escola Municipal de Ensino Fundamental

**ESPORTE**

**Municipal**

- Centro Recreativo
- Ginásio
- Clube Esportivo

**SAÚDE**

**Esfera Estadual**

- ASA - Ambulatório Especializado
- Hospital

**Esfera Municipal**

- AWA - Ambulatório Especializado
- Enfermagem
- Sua Saúde
- USF - Unidade Básica de Saúde
- Vigilância Sanitária

**SEGURANÇA**

**Estadual**

- Policia Civil
- Policia Militar

**PROJEÇÃO UTM ZONE 22S DATUM HORIZONTAL SIRGAS 2011**

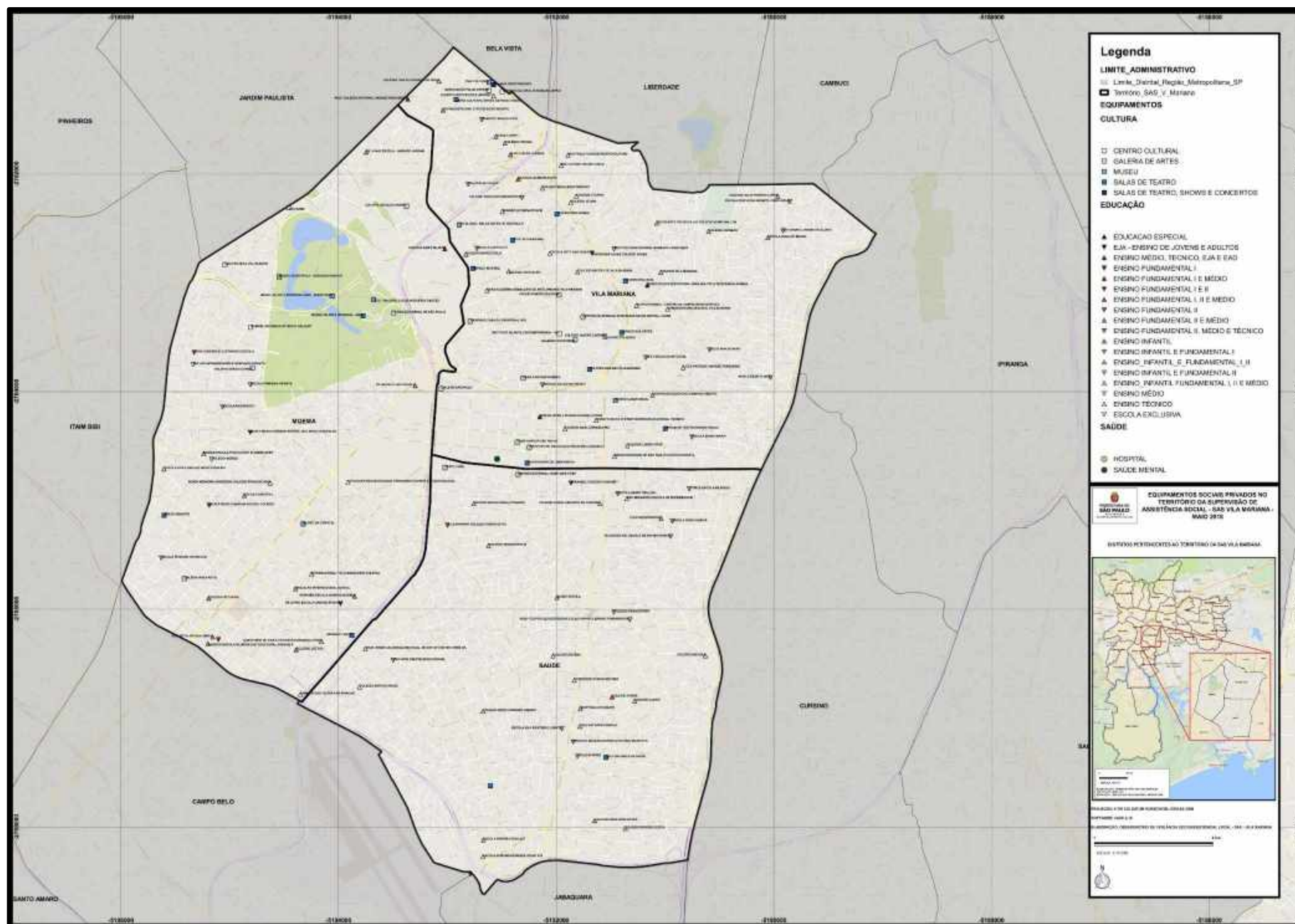
**SOFTWARE: QGIS 3.16**

**ELABORAÇÃO: ORIENTADORIO DE VIGILANCIA SOCIOASSISTENCIAL LOCAL - SAS - VILA MARIANA**

**ESCALA: 1:10.000**



Mapa 15 - Equipamentos Sociais Privados no Território da SAS Vila Mariana



**Mapa 16:**

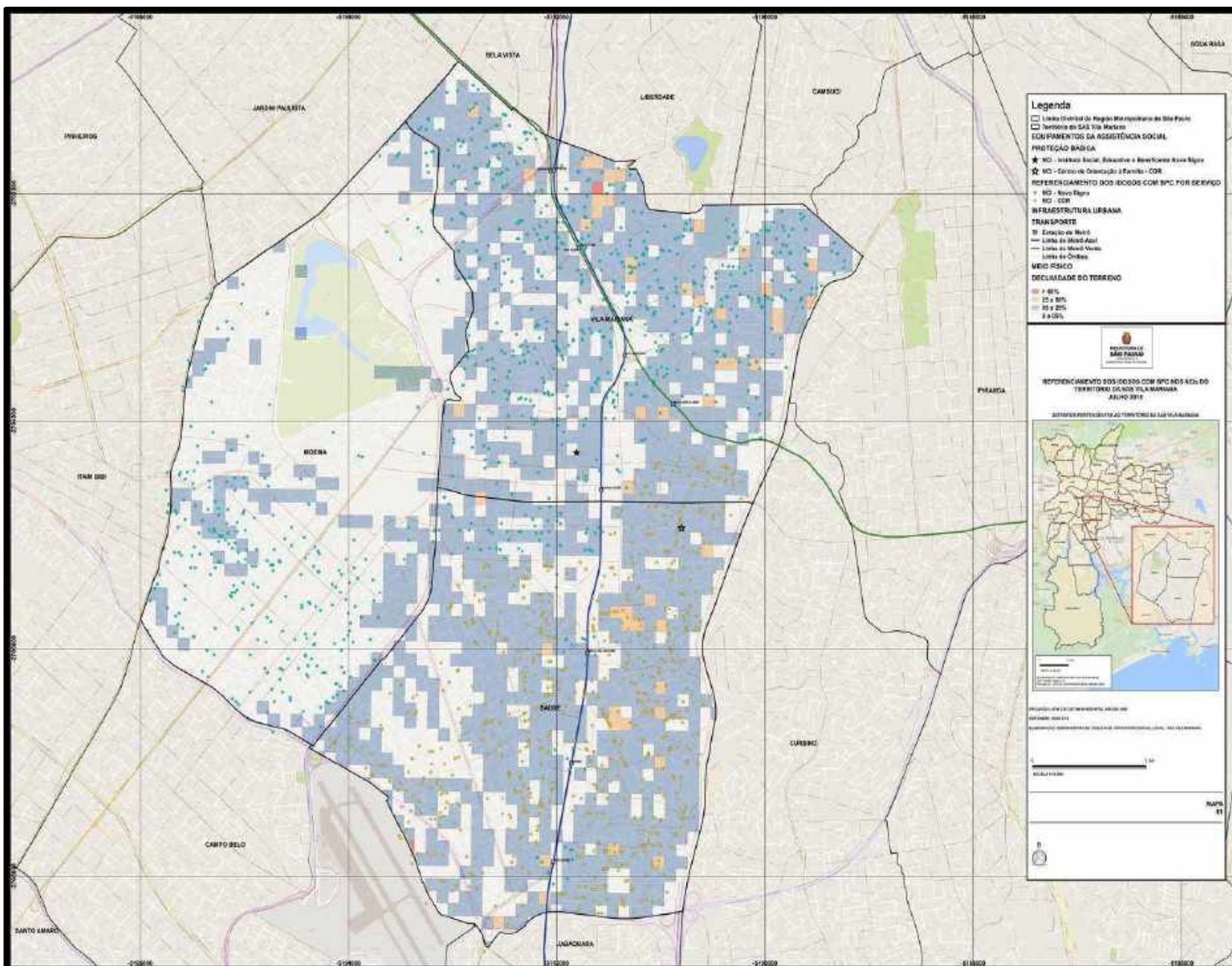
Foi construído a partir da tabela com os dados dos idosos que recebem BPC e residem no território da SAS Vila Mariana, após espacializar esses dados, foi realizada a separação dos idosos para cada serviço Núcleo de Convivência de Idoso (NCI) presente no território. Essa separação levou em conta os seguintes critérios:

- a) Logradouro de residência do idoso com maior proximidade do serviço;
- b) Disponibilidade de transporte público, esse fator deixou bolsões de idosos perto as linhas de metrô, por entendermos que a locomoção por esse meio de transporte é mais rápida e mais acessível;
- c) Declividade do terreno, o território tem uma constante declividade de 5% a 25%, porém em alguns casos a declividade passa de 25% até 60%, entendemos que para a locomoção de um idoso esse seja um referencial importante.

A planilha encaminhada pela COVS conta com um total de 1.943 usuários. Desse total, 1.093 usuários foram referenciados ao NCI Novo Signo e 850 usuários foram referenciados ao NCI COR, de acordo com os critérios identificados acima.

Ressaltamos que o convenio com o NCI – Novo Signo foi rescindido em junho de 2018, ficando no território apenas o NCI - COR. Dessa forma, a divisão proposta fica suspensa e o NCI – COR fica responsável em realizar o atendimento a todos os idosos beneficiários do BPC.

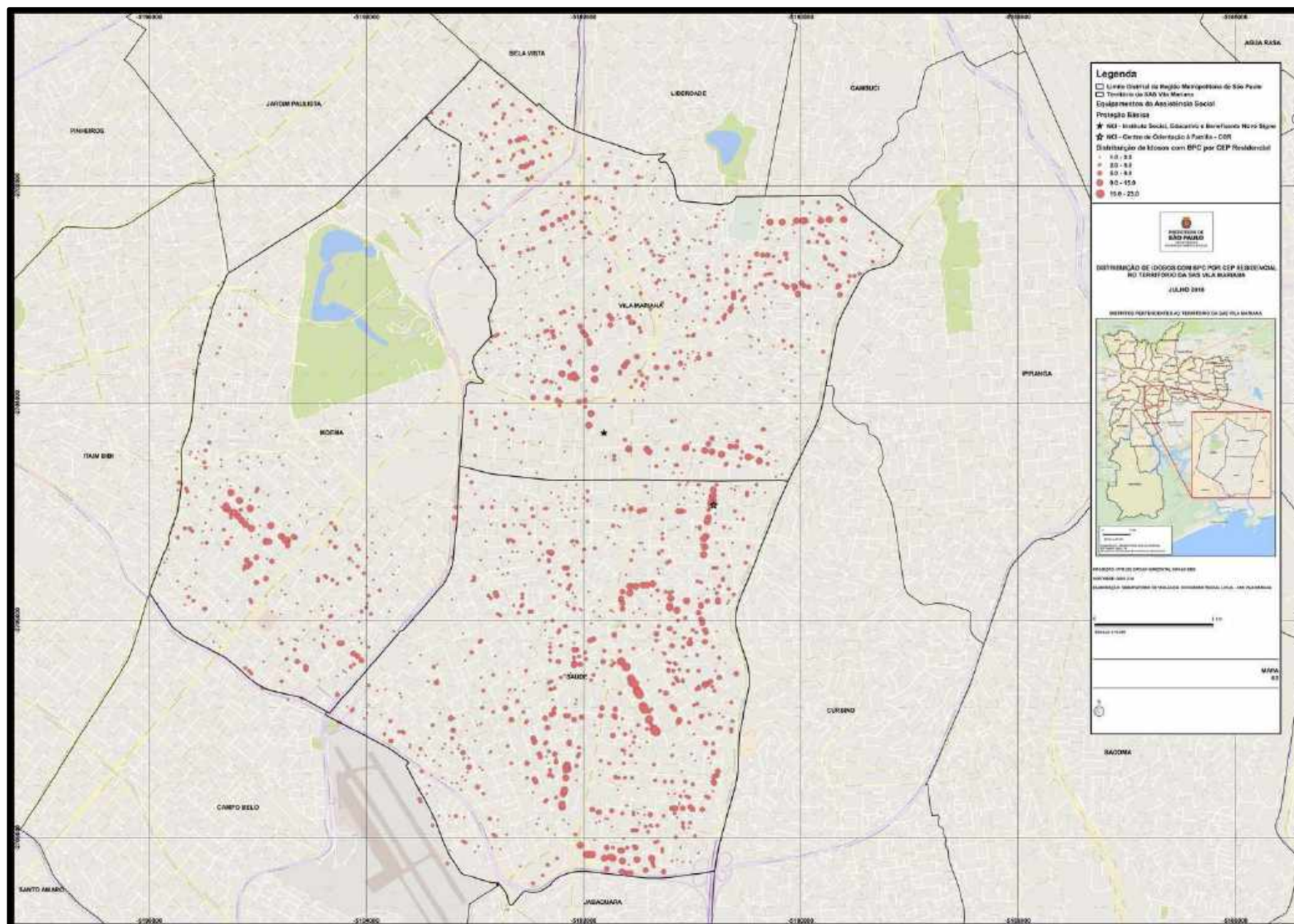
Mapa 16 - Referenciamento dos idosos com BPC nos NCIs do território da SAS Vila Mariana



**Mapa 17:**

Foi construído a partir da tabela com os dados dos idosos que recebem BPC e residem no território da SAS Vila Mariana, observarmos que os serviços NCIs apesar de estarem localizados em distritos diferentes, esses estão próximos, sendo assim realizamos a distribuição dos usuários através da concentração por CEP de residência. Percebe-se que no máximo em um mesmo número de CEP se concentram 23 idosos, essas concentrações estão espalhadas pelo território, tendo maior predominância no distrito da Saúde.

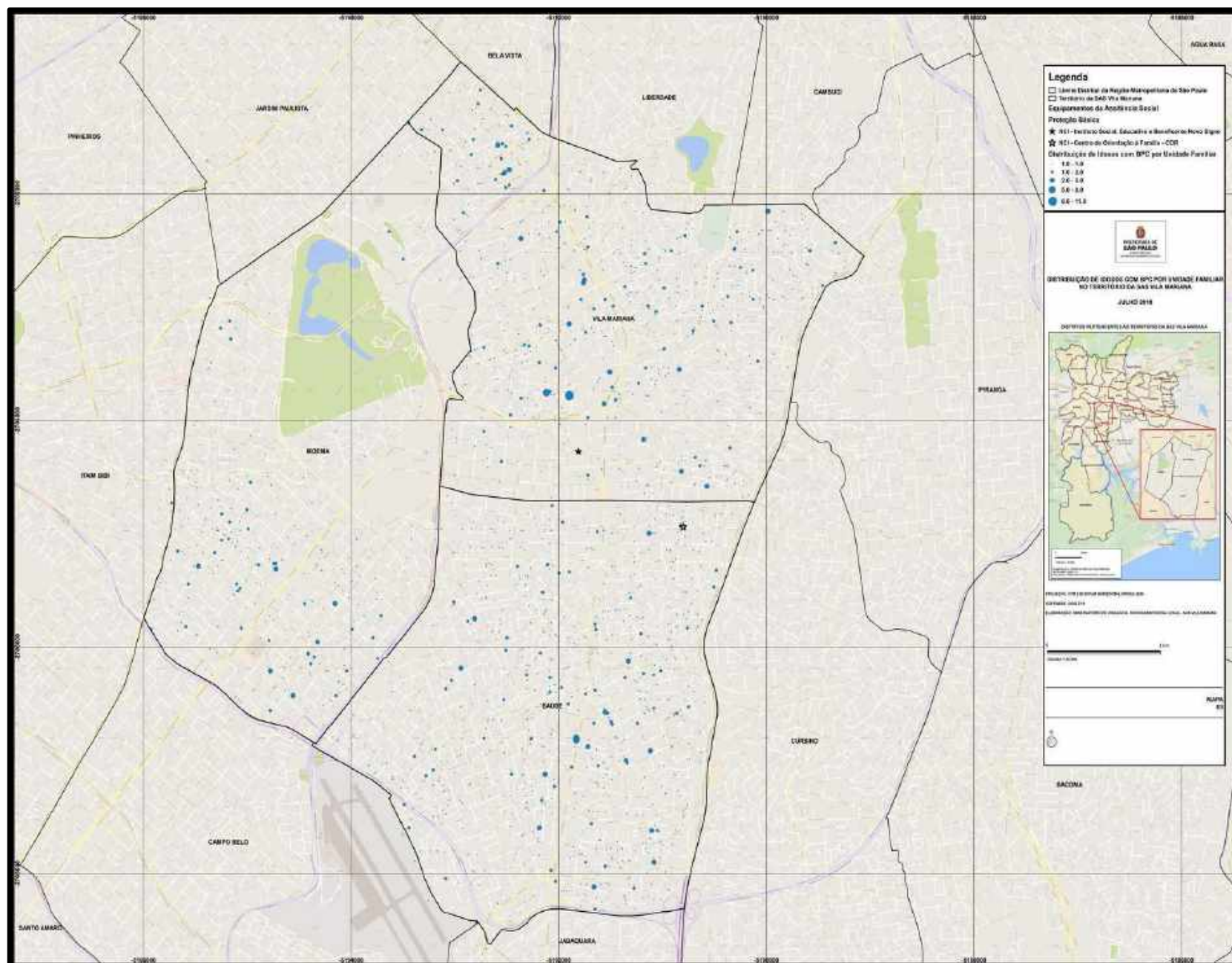
**Mapa 17 - Distribuição de Idosos com BPC por CEP Residencial no Território da SAS Vila Mariana**



**Mapa 18:**

Foi construído a partir da tabela com os dados dos idosos que recebem BPC e residem no território da SAS Vila Mariana. Ao analisar esses dados, encontramos unidades familiares com até 11 idosos que recebem o BPC, realizamos o mapeamento desses usuários, como proposta para uma análise mais detalhada pelo CRAS.

**Mapa 18 - Distribuição de Idosos com BPC por Unidade Familiar no Território da SAS Vila Mariana**



**Mapa 19:**

Foi construído a partir dos setores censitários estabelecidos no Censo de 2010, relacionando os dados de idosos que recebem BPC no território da SAS Vila Mariana. Nesse mapa utilizamos os dados da faixa etária dos idosos atualizada até 14/05/2018.

A idade dos idosos varia de 65 até 101 anos, a partir da faixa etária, os usuários foram distribuídos por categorias e o objetivo do mapeamento foi a de identificar a distribuição da faixa etária no território.



### **Mapa 20:**

Foi elaborado a partir da tabela com os dados dos usuários com deficiência que recebem BPC e residem no território da SAS Vila Mariana. Após espacializar esses dados, foi realizado a separação para cada serviço que realiza atendimento no território, ou seja, os dois Núcleo de Apoio à Inclusão Social para Pessoas com Deficiência - NAISPD. Essa separação levou em conta os seguintes critérios:

- a. Logradouro de residência do beneficiário com maior proximidade do serviço;
- b. Disponibilidade de transporte público e acesso fácil ao ponto de ônibus;
- c. Declividade do terreno, o território tem uma constante declividade de 5% a 25%, porém em alguns casos a declividade passa de 25% até 60%, entendemos que para a locomoção esse seja um referencial importante.

A planilha encaminhada pela COVS conta com um total de 554 beneficiários, desse total, 336 beneficiários foram referenciados no NAISPD LUMEN e 217 beneficiários foram referenciados no NAISPD NOSSO LAR, de acordo com os critérios identificados acima.

Uma característica apontada no mapa foi a habitação, determinando as localidades de favelas, loteamentos e núcleos e assim como nos demais mapas ressaltamos que para a identificação dos logradouros é necessário ampliar o zoom.

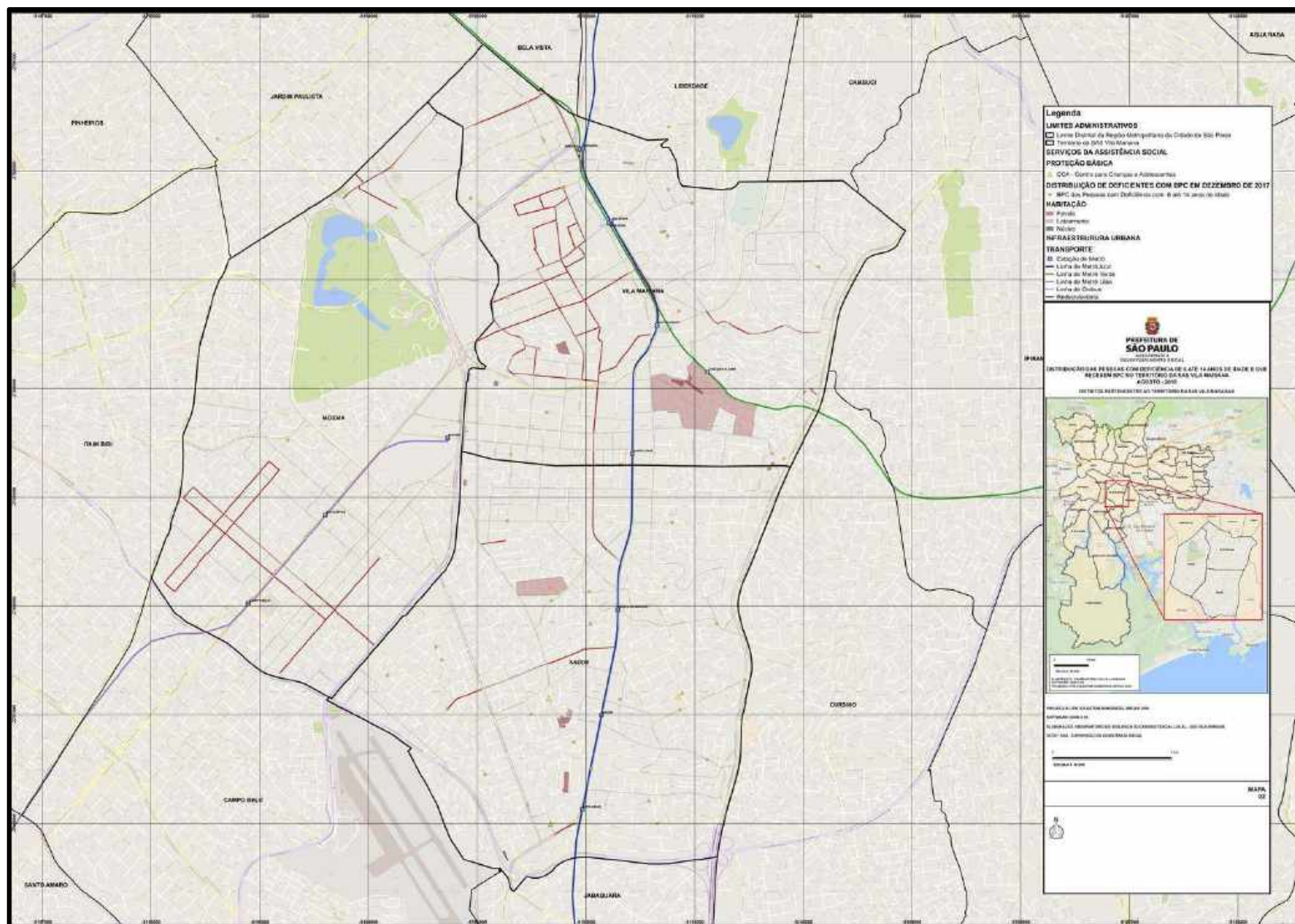


**Mapa 21:**

Foi elaborado a partir da tabela com os dados dos usuários com deficiência que recebem BPC com faixa etária de 6 a 14 anos e residem no território da SAS Vila Mariana. Os dados foram especializados e tínhamos a intenção de propor uma separação desses beneficiários para os três Centros para Crianças e Adolescentes (CCA) presentes no território.

Como houve uma dificuldade em encontrar um critério para essa separação, em virtude de os três serviços se encontrarem muito próximos, utilizamos a distribuição espacial dos beneficiários e encaminhamos para as supervisoras dos serviços para que seja realizado o levantamento daqueles que estão sendo atendidos. Entendemos que a concentração dos CCAs reflete em uma maior dificuldade de proposta da busca ativa para os CCAs por esse Observatório.

**Mapa 21 - Distribuição das Pessoas com Deficiência de 6 até 14 anos de Idade e que recebem BPC no território da SAS Vila Mariana**



### **Mapa 22 a 25:**

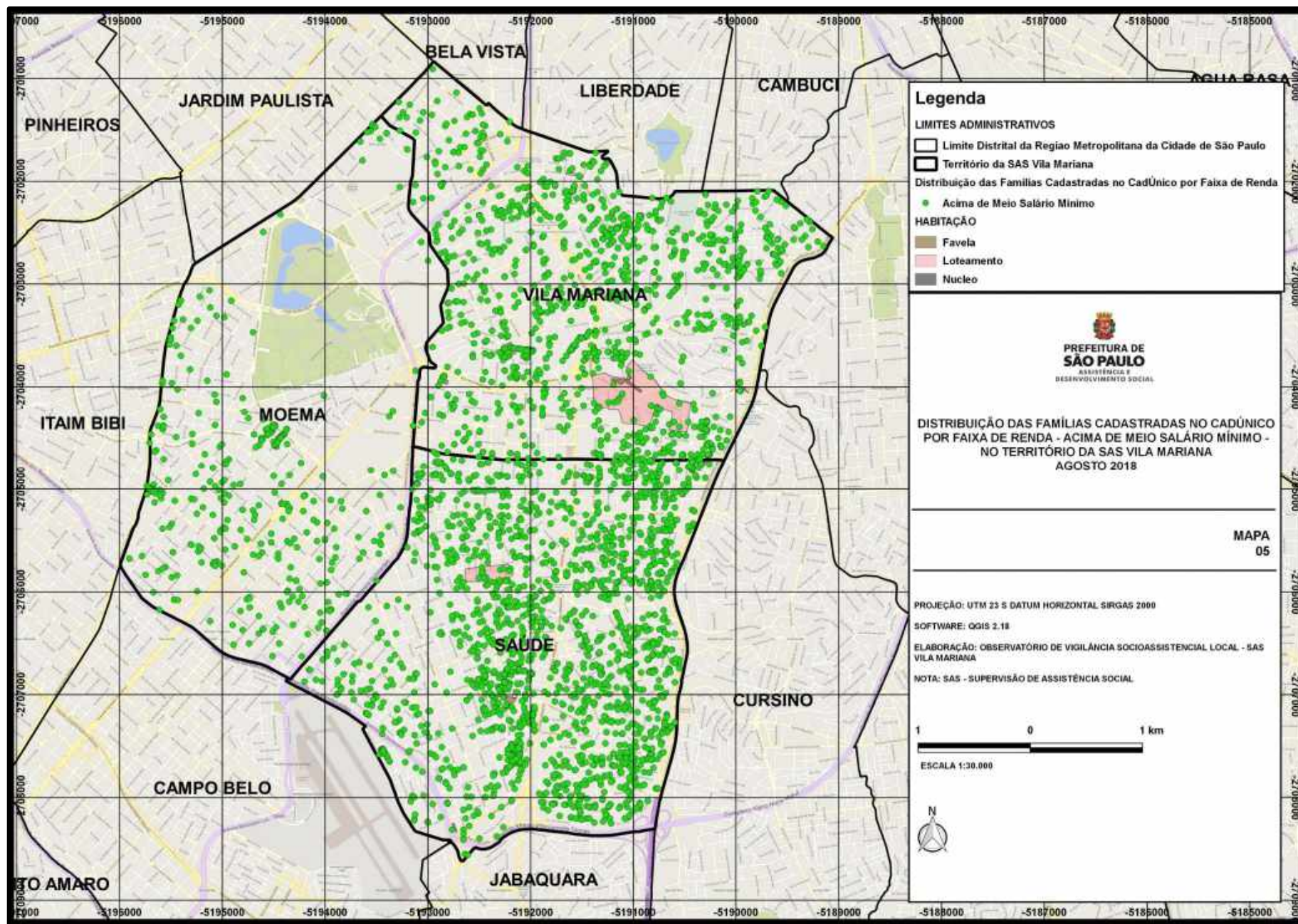
A confecção desses mapas, foram realizadas a parte dos dados encaminhados pelo COVS de todas as famílias/pessoas que realizaram o cadastramento do CadÚnico e residem no território da SAS Vila Mariana.

Os dados coletados do CadÚnico são apresentados considerando quatro faixas de renda familiar “per capita”: extremamente pobre (até R\$70,00), pobre (de R\$70,01 a R\$140,00), baixa renda (de R\$140,01 a R\$339,00) e acima de meio salário-mínimo, que compreende renda familiar de meio-salário mínimo até três salários-mínimos. De acordo com o Caderno do Perfil das Pessoas e Famílias no Cadastro Único de 2013, o cadastro de famílias com rendas maiores é permitido desde que seu cadastramento esteja vinculado à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais de quaisquer entes da Federação.

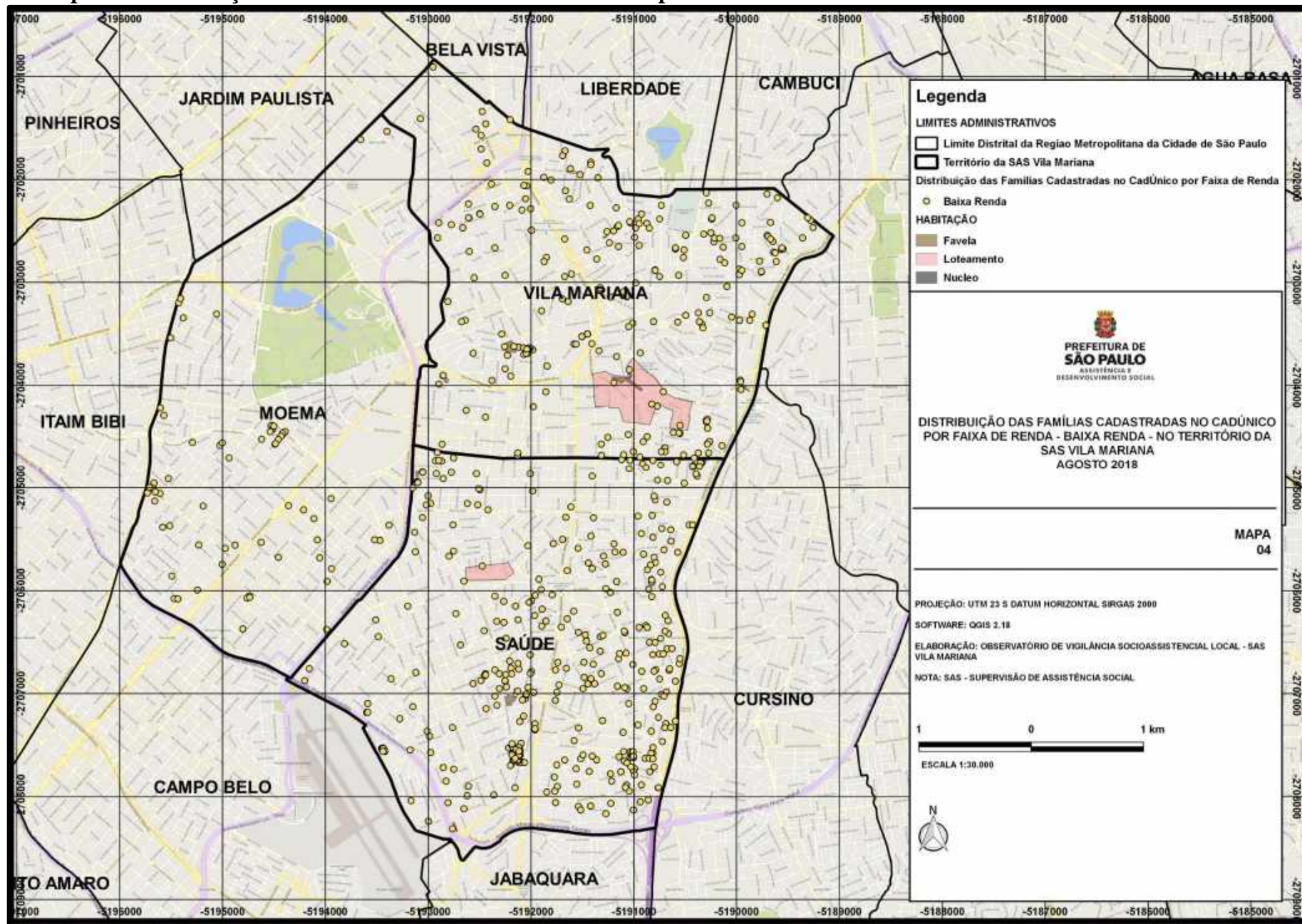
Sabemos que das famílias ou pessoas cadastradas até o mês de maio de 2018 no território da SAS Vila Mariana, temos 1.704 famílias na faixa de renda de extremamente pobres, essas devem ser direcionadas aos serviços disponíveis da proteção básica de acordo com a faixa etária e necessidades das famílias.

Notamos que muitas das favelas identificadas no mapeamento não constam cadastros no CadÚnico de famílias/indivíduos, o que chamou grande atenção e assim estamos fazendo um maior levantamento para compreender essa ocorrência.

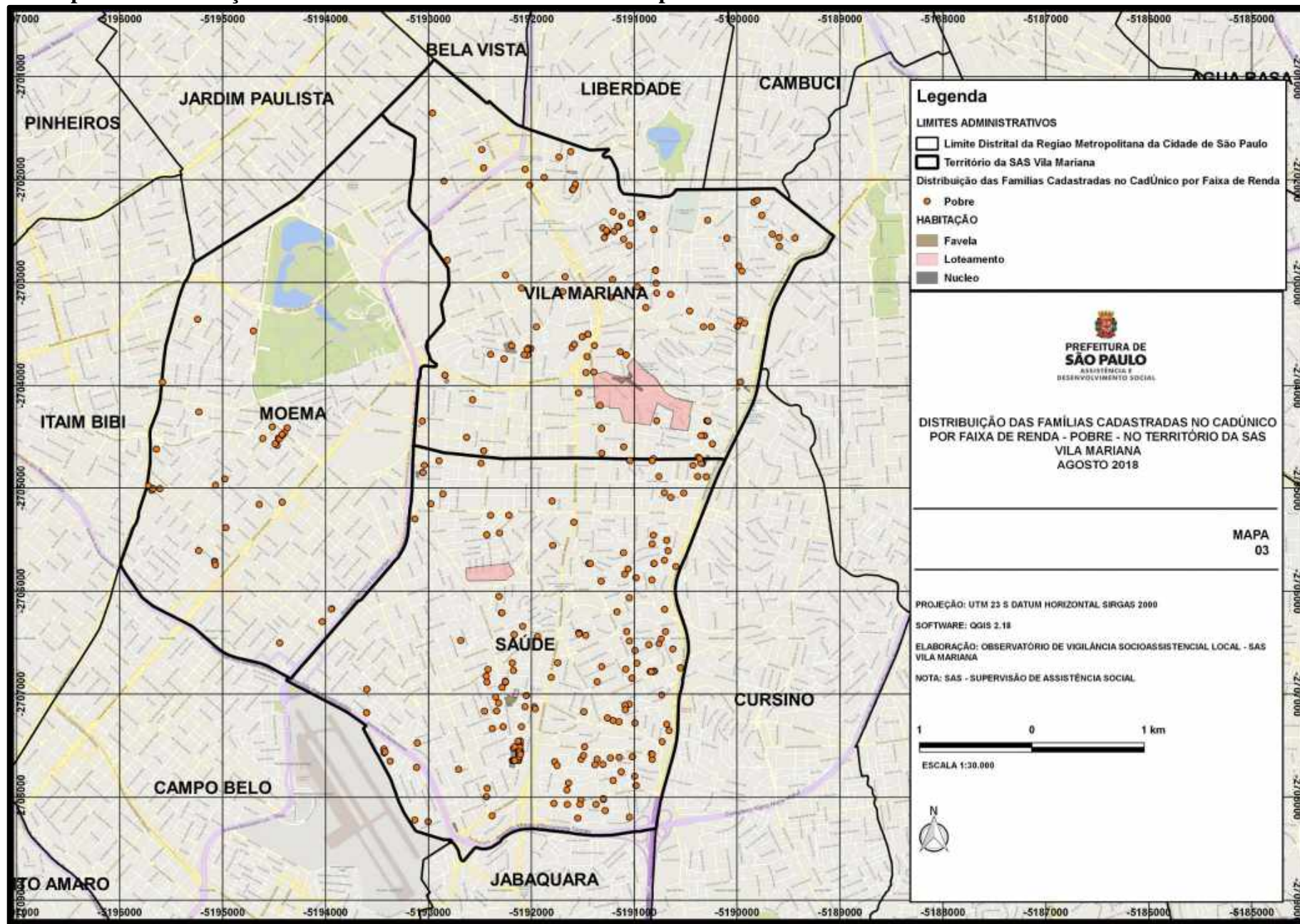
Mapa 22 - Distribuição das Famílias Cadastradas no CadÚnico por Faixa de Renda no Território da SAS Vila Mariana



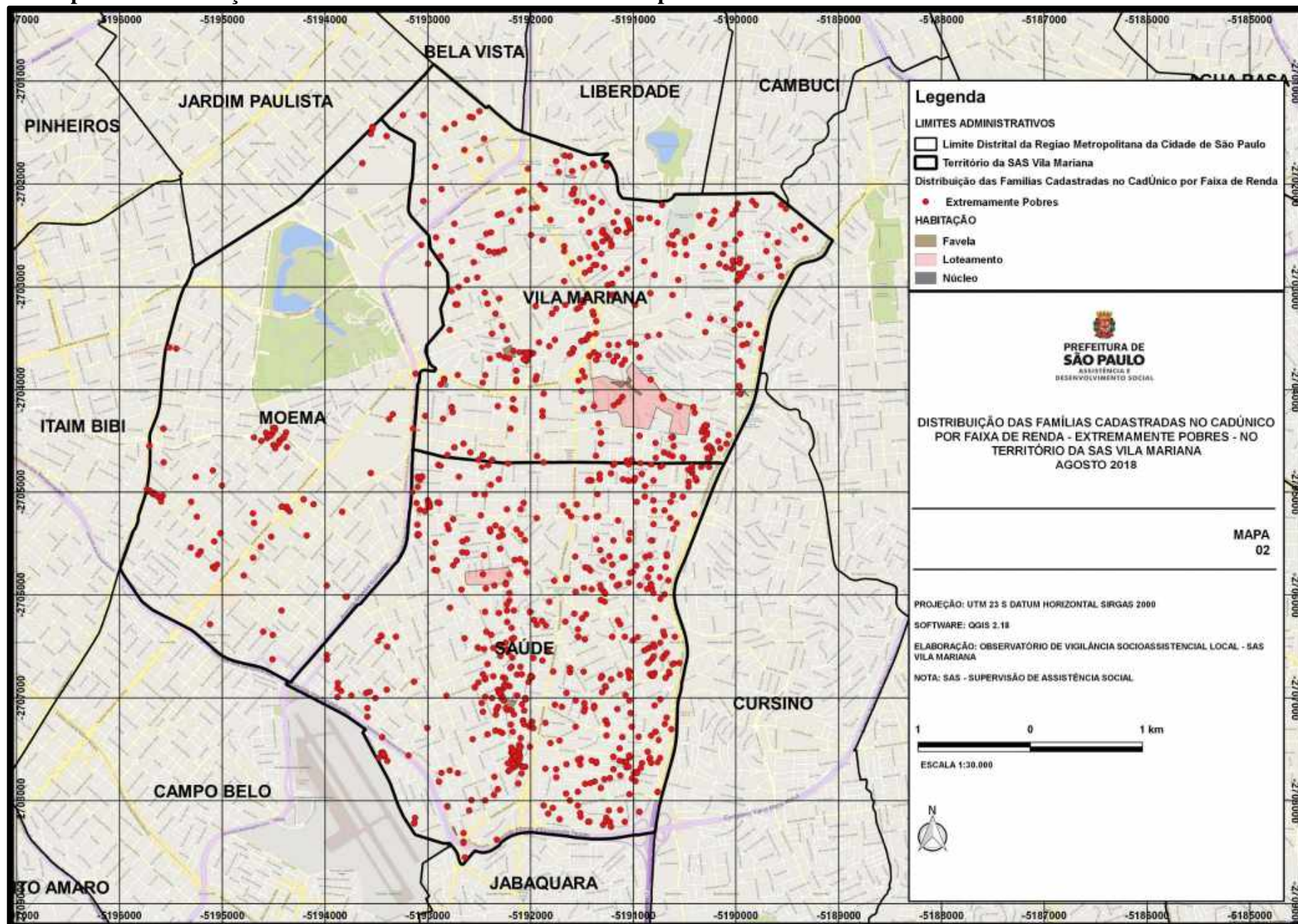
**Mapa 23 - Distribuição das Famílias Cadastradas no CadÚnico por Faixa de Renda no Território da SAS Vila Mariana**



**Mapa 24 - Distribuição das Famílias Cadastradas no CadÚnico por Faixa de Renda no Território da SAS Vila Mariana**



**Mapa 25 - Distribuição das Famílias Cadastradas no CadÚnico por Faixa de Renda no Território da SAS Vila Mariana**



Mapa 26:

O mapeamento foi realizado através do levantamento dos dados de zoneamento dispostos no site da Gestão Urbana da Prefeitura de São Paulo, assim podendo mesclar qualquer dado com o zoneamento exposto no Plano Regional da Subprefeitura da Vila Mariana.

Porém nenhum mapa foi gerado, por esse mapeamento ser extenso e precisar de combinação de dados para um melhor entendimento do Plano Diretor desse território. Os dados estão disponíveis para SAS no Software Q-Gis.

## **5. Resultados**

Apresentamos neste capítulo algumas considerações que refletem os objetivos alcançados, que procuramos demonstrar ao longo deste trabalho.

Relembramos que este projeto é fruto dos estágios realizados nos Observatórios da Política Pública de Assistência Social da Cidade de São Paulo. Entendemos que o processo cotidiano experimentado trouxe o aperfeiçoamento das práticas realizadas e possibilidade de novos aprendizados.

Dessa forma esse trabalho teve o objetivo de relacionar os dados coletados, o trabalho sobre eles e os resultados de sua aplicação, o que nos permitiu interpretar os crescentes fenômenos que conduzem à fragmentação social, à acumulação diferencial e à participação desigual da população no acesso ao espaço urbano.

Ao longo desse processo foi notório que em ambas SAS, os atores sociais que executam a Política Pública de Assistência Social tem carência em ferramentas que possam os auxiliar na dinamização do seu trabalho, assim como o conhecimento sobre os dados do território não chegam de forma que possam utilizar para aprimorar suas ações.

A interação entre profissionais e a utilização do geoprocessamento visou contribuir com a proteção social básica e especial através de estudos, planos e diagnósticos capazes de ampliar o conhecimento sobre a realidade e as necessidades da população, além de auxiliar no planejamento e organização das ações realizadas no território, contribuindo ainda com as condições de acesso aos serviços, benefícios, programas e projetos.

A adoção de sistemas de informação implica na absorção de novos conhecimentos e a produção de informações geradas através desses sistemas deve ser assimilada com a finalidade de alterar para melhor a realidade existente.

Entendemos que a aplicação de sistemas como o Q-gis e *My Maps* na assistência social atende as necessidades de compreensão dos territórios no seu todo e em suas particularidades, facilitando a comunicação, com fácil manuseio e compartilhamento.

A sistematização desses dados surge como um elemento fundamental para o aprimoramento da elaboração dos mapas. Nesse sentido a construção de informações, relatórios, deve permitir o fortalecimento do trabalho na assistência social, a intensificação do diálogo público por meio do qual identifique as potencialidades e os entraves vivenciados no território.

O presente projeto é fruto de um processo de integração entre os conhecimentos produzidos pelos profissionais de assistência social, geografia, pedagogia, psicologia e sociologia que atuam na SAS, na proteção básica e especial e nos Observatórios em análise. Por fim, entendemos que a divisão em duas SAS do projeto de estágio teve prejuízos para avançar nas interpretações e no trabalho com dados mais complexos, que pudessem revelar melhor as áreas vulneráveis dos territórios.

## **6. Conclusão**

Organizar os dados dos territórios em análise foi de suma importância para desenvolver um trabalho que fosse além de compor relatórios sistemáticos com fornecimento de indicadores para difusão de conhecimento, como solicitado na Política Pública de Assistência Social.

Concentramos esforços na elaboração e apropriação de ferramentas computacionais compostas por programas que integram dados, armazenando, processando e analisando os mesmos, para gerar informações georreferenciadas e disponibilizar para os atores da Política Pública de Assistência Social em seus territórios.

A realização do geoprocessamento territorial, a partir dos dados sistematizados, permitiu uma melhor apreensão da realidade, assim compreendemos como o espaço se articula localmente, dialogando sempre com uma visão da totalidade, para podermos apreender a sua essência enquanto realidade de uma construção social.

Entendemos que as informações do território estão em constantes mudanças, nesse sentido as ferramentas de geoprocessamento podem servir para compreender as transformações desse território, suas características permitem um trabalho atualizado e direcionado para atualizações mais precisas das informações sociais.

O avanço em disponibilizar as ferramentas que sistematizam os conhecimentos sobre o território se mostraram como um aporte para ações e diálogos propostos para os equipamentos da Assistência e sua Rede de Proteção dentro do território. Já o diálogo para a incorporação da

ferramenta no cotidiano das assistentes sociais tem se mostrado laborioso em função das demandas de trabalho e das necessidades de esforço na apropriação da nova ferramenta.

Dentro dessa perspectiva, esperamos que a produção dos mapas gerados através de sistemas possa ser assimilada com a finalidade de alterar para melhor a realidade existente, compreendendo a estrutura territorial, principalmente nas localizações onde se encontram a maior vulnerabilidade e risco social, relacionando com o contexto da Cidade de São Paulo e o processo de desigualdades sociais.

Devemos lembrar que nenhum aspecto pode ser explicado e compreendido se não levarmos em conta a enorme desigualdade econômica presentes na cidade de São Paulo. A importância da segregação na análise do espaço urbano se manifesta através das desigualdades sociais, em uma cidade como São Paulo outra característica importante da desigualdade é a enorme diferença entre o espaço urbano dos ricos e dos mais pobres.

Através da ineficácia dos aparelhos do Estado, observamos ao longo dos anos um processo marcado por falta de acesso à educação, cultura, saúde e uma alta taxa de desemprego.

A queda na taxa de pobreza pode ocorrer sem a queda da desigualdade de renda, o que revela as contradições da desigualdade social, seja pela polarização social que reflete a concentração da renda, seja pela ausência histórica do Estado nas áreas pobres e desassistidas da cidade.

Dessa forma, as manifestações públicas que compõem os conflitos sociais em uma cidade como São Paulo, podem ter vários objetivos, e um deles é a busca pela inclusão das reivindicações sociais na agenda pública. Na verdade, a manifestação pública organizada de um conflito social tem como objetivos principais a sensibilização da sociedade a respeito do problema enfrentado – e com isso alcançar um maior número de simpatizantes de sua causa – e a demonstração de força pública, caso consiga mobilizar um número significativo de adeptos.

Portanto a cidade de São Paulo, considerada uma “metrópole global”, com o maior Produto Interno Bruto (PIB) municipal do país, que tem acesso às principais rotas aeroviárias mundiais, às principais redes de informação, assim como sedia filiais de empresas transnacionais de importância global e importantes instituições financeiras, pode ser criticada por estar inserida em contradições e particularidades próprias, apresentando graves problemas de exclusão social e segregação espacial, que a configura como metrópole economicamente periférica no cenário capitalista global.

## Referências

ALMEIDA, M. G. de; OLANDA, D. A. M. A geografia e a literatura: uma reflexão. v. 23, n. 46, p. 7-32, Florianópolis, GEOSUL, jul/dez 2008.

BRANDILEONE, A. P. F. N.; A representação de territórios marginais na ficção brasileira contemporânea: o caso de Férrez e Marcelino Freire. ANTARES, v. 6, n. 12, Caxias do Sul, jul/dez 2014.

BRASIL. Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade e Legislação Correlata. 2. ed., atual. - Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil [recurso eletrônico]. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social; Sistema Único de Assistência Social. Vigilância Socioassistencial: Garantia do Caráter Público da Política de Assistência Social, Brasília: MDS, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social; Sistema Único de Assistência Social. Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial, Brasília, 2013

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. Perfil das pessoas e famílias no cadastro único do governo federal - 2013, Brasília, 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome; Secretaria Nacional de Assistência Social; Sistema Único de Assistência Social. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS NOB-RH/SUAS, Brasília, dez. 2016.

BONDUKI, N.; A habitação por conta do trabalhador. In: Origens da habitação social no Brasil. São Paulo: Estação Liberdade. 5ª Ed. p. 281-313, 2013.

CARLOS, A. F. A.; A Condição Espacial. Contexto: São Paulo, 2011.

CARVALHO, C. S. & ROSSBACH, A. C.a (org.); O Estatuto da Cidade: comentado, 120 p.; São Paulo: Ministério das Cidades - Aliança das Cidades, 2010.

CASTRO, Iná Elias de. *Geografia e política: território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005, cap. 2 “Relações entre território e conflito: o campo da Geografia Política, pp. 39-54.

Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS – 109/2009. Aprova a tipificação nacional de serviços socioassistenciais. In: Diário Oficial da União. Brasília, n.225, seção I, p. 1.

Gestão Urbana de São Paulo. Disponível em: <http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/zoneamento/arquivos/>. Acesso em 10 de dezembro de 2017.

GRABOIS, A.P.; Criminalidade só cai com melhor distribuição de renda, diz Ipea. Folha de S.Paulo, São Paulo, 2 ago. 2003.

KOGA, Dirce; ALVES, Vanice A. A interlocução do território na agenda das políticas sociais. **Revista de Serviço Social da UNICAMP**, v. 9, n. 9, p. 69-81, 2010

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. 1 ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

Mapa Digital da Cidade de São Paulo – Geosampa. Disponível em: <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em 25 de novembro de 2017.

RIBEIRO, Wagner Costa. Soberania: conceito e aplicação para gestão da água. *Scripta Nova* (Barcelona), v. XVI, p. 01-11, 2012. <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418-28.htm>.

SANTOS, M. **Território e sociedade entrevista com Milton Santos**. 2 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007

SÃO PAULO (município), Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. Plano Municipal de Assistência Social – PLAS, São Paulo, 2014-2017.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Planejamento Urbano. Cadernos de Propostas Regionais das Subprefeituras: Quadro Analítico Vila Mariana, São Paulo, 2016.

\_\_\_\_\_. Portaria n. 46 de 2010. Dispõe sobre a tipificação da rede socioassistencial de município de São Paulo e a regulação de parceria operada por meio de convênio. In: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 58.103 de 26 de fevereiro de 2018. Dispõe sobre a regularização da Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como altera a denominação e a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica. In: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). São Paulo, 2010.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CENTRO DE GEOPROCESSAMENTO (cartograf.) Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS. Prefeitura Municipal de São Paulo, 2010.

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (SMUL) – Infocidade. Disponível em: <http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em 17 de março de 2018.

SOUZA, Gustavo de O. C. Uso da cartografia no setor público: geoprocessamento como tomada de decisão. **Revista do Departamento de Geografia USP**, v. especial cartogeo, p. 180-202, 2014.